Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento

1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Janeiro a Abril
2015

Maio de 2015

Índice

Introdução.....5
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira 7
1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 1º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos 8
1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 1º Quadrimestre de 2015 15
1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 1º Quadrimestre de 2015 .16
1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 1º Quadrimestre de 2015.....18
1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde 19
1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2015).....22
1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 1º Quadrimestre de 2015 23
2. Desembolso Financeiro 27
2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco).....27
2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....31
2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....31
2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....32
3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC 33
4. Indicadores (Resultado Cumulativo).....35
5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 1º Quadrimestre/2015 38
Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.....38
Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.....43
Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade. 46
Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas. 50
Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.....52
Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais. 55
Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde. 59
Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.....66

Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde. 69

Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS 71

Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde. 75

Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável. 79

Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. 84

Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira. 87

Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais. 89

Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país. 90

ANEXO I 91

Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério da Saúde (MS) apresenta o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), referente ao quadrimestre de janeiro a abril de 2015. Este relatório contém o desempenho do MS detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar e foi formatado em adequação ao nível de informação pactuado com a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS).

Os resultados alcançados, com informações originadas dos sistemas oficiais de informações em saúde, com preenchimento de responsabilidade dos entes federados responsáveis pelas ações de saúde, referem-se à execução descentralizada das ações de saúde e refletem a participação dos demais entes federativos na operacionalização da política do setor. As linhas de atuação propostas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do MS, e a sua adequação às diferentes realidades inter e intra regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos. É válido destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias Intergestores Bipartite e Tripartite.

O desempenho obtido deve ser debatido de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido aos 16 objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; às diretrizes e metas do Plano Nacional de Saúde 2012/2015; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012/2015 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2015. Essa determinação normativa tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializar o monitoramento e a avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

A sistematização das informações disponibilizadas explicita o desempenho das principais linhas de atuação constantes em outros instrumentos de gestão, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do MS (Ecar/MS) e guarda coerência com outros documentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de controle da administração pública.

Este relatório divide-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em

geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo a estados e municípios, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais e com participação da União. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação os resultados atingidos no primeiro quadrimestre de 2015, relacionando-os com a meta anual proposta na Programação Anual de Saúde 2015 e em outras programações da pasta. No anexo consta os resultados das atividades de controle encerradas até abril de 2015 pelo Departamento de Auditoria do SUS.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Em R$ 1,00

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DISPONIBIL. P/ EMPENHO Decreto 8.434/15 (B)	EMPENHADO (C)	PAGO (D)	SALDO A PAGAR E = (C - D)	% DISPON. F = (C / B)	SALDO DISPON. G = (B - C)	% SALDO H =(G / B)
PESSOAL ATIVO	**9.963,8**	**9.963,8**	**7.614,4**	**2.937,9**	**4.676,5**	**76,4%**	**2.349,4**	**23,6%**
PESSOAL ATIVO - ANS - NÃO ASPS	**134,1**	**134,1**	**132,0**	**45,2**	**86,9**	**98,5%**	**2,0**	**1,5%**
INATIVO	**7.551,4**	**7.551,4**	**7.475,9**	**2.423,9**	**5.052,0**	**99,0%**	**75,5**	**1,0%**
DÍVIDA	**52,1**	**52,1**	**9,9**	**5,0**	**5,0**	**19,1%**	**42,2**	**80,9%**
ANS - UO 74202	**13,2**	**13,2**	**6,0**	**0,6**	**5,4**	**45,2%**	**7,2**	**54,8%**
OCC - ASPS	**100.960,5**	**80.847,8**	**46.936,7**	**26.649,7**	**20.287,0**	**58,1%**	**33.911,1**	**41,9%**
Programação Própria	92.136,9	80.818,7	46.936,7	26.649,7	**20.287,0**	58,1%	33.882,0	41,9%
Emendas Coletivas/Relatoria	3.798,5	0,0	0,0	0,0	**0,0**	-	0,0	-
Emendas Individuais	4.996,0	0,0	0,0	0,0	**0,0**	-	0,0	-
Sent. Judiciais/Convênios	29,1	29,1	0,0	0,0	**0,0**	0,0%	29,1	100,0%
OCC - NÃO ASPS	**2.349,5**	**1.982,4**	**595,7**	**291,1**	**304,6**	**30,1%**	**1.386,7**	**69,9%**
Programação Própria	1.977,6	1.977,6	591,8	289,6	**302,2**	29,9%	1.385,8	70,1%
Emendas Coletivas/Relatoria	335,9	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Emendas Individuais	31,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Sentenças Judiciais	4,8	4,8	3,9	1,5	2,4	81,8%	0,9	18,2%
TOTAL ASPS	**110.924,3**	**90.811,6**	**54.551,1**	**29.587,6**	**24.963,6**	**60,1%**	**36.260,5**	**39,9%**
TOTAL MIN. SAÚDE	**121.024,5**	**100.544,8**	**62.770,7**	**32.353,3**	**30.417,4**	**62,4%**	**37.774,1**	**37,6%**

Fonte: Siafi

Obs: Não inclui as Dotações acrescentadas pela Medida Provisória, 667, de 2 de janeiro de 2015 que abre Crédito Extraordinário, no valor total de R$ 1.027.858.682,00.

1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 1º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$ 1,00

	DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
1	**ITENS GLOBAIS**	**17.034.154.739**	**17.701.413.274**	**17.701.413.274**	**17.701.413.274**	**15.232.274.897**	**5.413.091.114**	**5.411.873.414**	**2.469.138.377**	**86,05**	**30,58**	**13,95**
2	PESSOAL ATIVO	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	10.097.911.735	7.746.434.879	2.984.261.763	2.983.045.230	2.351.476.856	76,71	29,55	23,29
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.551.365.539	7.475.899.614	2.423.859.149	2.423.857.982	75.465.925	99,00	32,10	1,00
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	14.993.942	52.136.000	52.136.000	52.136.000	9.940.404	4.970.202	4.970.202	42.195.596	19,07	9,53	80,93
5	**FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS**	**81.338.946.468**	**88.489.158.779**	**99.796.635.654**	**99.796.635.654**	**46.614.705.747**	**27.269.471.136**	**26.530.548.866**	**53.181.929.907**	**46,71**	**27,33**	**53,29**
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	10.449.871	32.000.000	32.000.000	32.000.000	0	0	0	32.000.000	0,00	0,00	100,00
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	316.892.791	390.000.000	385.365.460	385.365.460	145.283.140	66.197.919	63.122.360	240.082.320	37,70	17,18	62,30
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	45.345.053	63.000.000	62.200.000	62.200.000	26.035.879	10.017.403	9.628.082	36.164.121	41,86	16,11	58,14
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	922.825.908	1.014.500.000	1.014.380.000	1.014.380.000	301.040.862	142.775.868	110.174.982	713.339.138	29,68	14,08	70,32
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	310.722.187	377.500.000	376.350.000	376.350.000	115.134.989	77.708.776	35.793.834	261.215.011	30,59	20,65	69,41
12	PIONEIRAS SOCIAIS	750.000.000	890.000.000	890.000.000	890.000.000	890.000.000	296.666.667	296.666.667	0	100,00	33,33	0,00

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	181.379.779	210.000.000	210.000.000	210.000.000	37.300.000	7.563.562	6.583.458	172.700.000	17,76	3,60	82,24
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	382.998.571	517.000.000	497.823.000	497.823.000	128.427.619	54.282.270	45.425.392	369.395.381	25,80	10,90	74,20
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	522.190.983	878.000.000	969.200.000	969.200.000	212.704.327	133.123.655	133.123.655	756.495.673	21,95	13,74	78,05
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.689.093.378	2.072.000.000	2.072.000.000	2.072.000.000	349.824.242	349.803.792	349.798.511	1.722.175.758	16,88	16,88	83,12
18	VACINAS E VACINAÇÃO	1.256.719.000	2.870.000.000	2.870.000.000	2.870.000.000	1.601.707.226	349.676.936	292.730.075	1.268.292.774	55,81	12,18	44,19
19	OUTROS PROGRAMAS	1.732.007.828	2.169.752.305	2.029.821.105	2.029.821.105	341.511.607	208.608.354	154.001.747	1.688.309.498	16,82	10,28	83,18
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	1.199.266.906	1.567.270.000	1.566.360.000	1.566.360.000	792.152.117	299.810.903	290.811.845	774.207.883	50,57	19,14	49,43
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76.274.910	88.000.000	84.128.000	84.128.000	13.206.382	9.200.000	200.000	70.921.618	15,70	10,94	84,30
23	PROG.ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	78.576.738	105.000.000	105.000.000	105.000.000	1.199.700	0	0	103.800.300	1,14	0,00	98,86
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - **REHUF**	443.244.607	465.000.000	452.000.000	452.000.000	0	0	0	452.000.000	0,00	0,00	100,00
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	178.437.979	178.500.000	178.500.000	178.500.000	40.494.643	40.494.643	40.494.643	138.005.357	22,69	22,69	77,31
26	SAÚDE INDÍGENA	1.150.297.583	1.390.000.000	1.390.000.000	1.390.000.000	732.752.095	638.738.647	634.766.508	657.247.905	52,72	45,95	47,28
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	39.153.771.247	40.802.652.512	43.817.796.512	43.817.796.512	26.373.093.526	14.644.206.105	14.572.506.227	17.444.702.986	60,19	33,42	39,81
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	4.890.818.830	4.950.000.000	4.950.000.000	4.950.000.000	3.805.849.448	1.415.244.850	1.236.448.997	1.144.150.552	76,89	28,59	23,11

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	5.061.914.265	5.384.000.000	5.384.000.000	5.384.000.000	2.043.178.247	1.640.517.072	1.624.578.022	3.340.821.753	37,95	30,47	62,05
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	11.017.263.937	13.005.000.000	13.005.000.000	13.005.000.000	4.922.977.054	4.563.547.331	4.431.928.431	8.082.022.946	37,85	35,09	62,15
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - **SAMU**	912.138.940	1.000.000.000	998.500.000	998.500.000	332.140.876	325.085.251	324.985.251	666.359.124	33,26	32,56	66,74
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	46.026.380	121.700.000	115.177.580	115.177.580	5.114.421	1.054.346	1.054.346	110.063.159	4,44	0,92	95,56
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	185.000.000	185.000.000	185.000.000	185.000.000	44.453.589	44.453.589	44.453.589	140.546.411	24,03	24,03	75,97
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.292.642.014	1.520.000.000	1.520.000.000	1.520.000.000	465.706.199	333.376.196	318.148.650	1.054.293.801	30,64	21,93	69,36
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	170.007.647	270.000.000	264.300.000	264.300.000	74.899.571	56.814.953	56.169.953	189.400.429	28,34	21,50	71,66
36	FARMÁCIAS POPULARES	2.187.263.645	2.779.700.000	2.779.700.000	2.779.700.000	1.032.099.056	894.636.071	818.400.445	1.747.600.944	37,13	32,18	62,87
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	257.834.589	431.400.000	423.780.000	423.780.000	166.553.905	45.027.103	37.286.483	257.226.095	39,30	10,63	60,70
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	163.937.097	340.000.000	340.000.000	340.000.000	158.299.134	12.523.315	12.523.315	181.700.866	46,56	3,68	53,44
39	AQUIS. E DISTRIB.MEDICAMENTOS/ DST/AIDS	863.694.200	980.000.000	980.000.000	980.000.000	764.874.879	355.790.582	344.763.422	215.125.121	78,05	36,31	21,95
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	452.496.537	747.500.000	616.560.000	616.560.000	64.913.054	39.668.964	31.131.024	551.646.946	10,53	6,43	89,47
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	348.603.592	380.816.180	380.816.180	380.816.180	353.527.959	122.175.243	122.168.184	27.288.221	92,83	32,08	7,17
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	295.222.117	310.360.968	310.360.968	310.360.968	275.000.000	89.588.242	89.588.242	35.360.968	88,61	28,87	11,39

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	3.396.973	3.506.814	3.506.814	3.506.814	3.250.000	1.092.526	1.092.526	256.814	92,68	31,15	7,32
45	EMENDAS NOMINATIVAS	2.790.190.387	0	8.537.010.035	8.537.010.035	-	-	0	8.537.010.035	0,00	0,00	100,00
46	**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA**	**270.942.823**	**320.499.207**	**320.499.207**	**320.499.207**	**140.524.226**	**49.686.611**	**49.492.233**	**179.974.981**	**43,85**	**15,50**	**56,15**
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	98.084.352	115.000.000	115.000.000	115.000.000	73.679.846	18.143.194	17.962.708	41.320.154	64,07	15,78	35,93
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	158.507.046	188.700.000	188.700.000	188.700.000	50.507.780	26.990.573	26.976.680	138.192.220	26,77	14,30	73,23
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	10.007.113	11.374.800	11.374.800	11.374.800	11.341.000	3.349.243	3.349.243	33.800	99,70	29,44	0,30
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	4.344.312	5.417.016	5.417.016	5.417.016	4.995.600	1.203.602	1.203.602	421.416	92,22	22,22	7,78
87	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	7.391	7.391	7.391	0	0	0	7.391	0,00	0,00	100,00
52	**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**	**1.092.440.270**	**1.217.682.335**	**1.722.059.029**	**1.722.059.029**	**242.667.316**	**67.666.786**	**66.940.047**	**1.479.391.713**	**14,09**	**3,93**	**85,91**
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	499.485.680	515.315.708	457.112.566	457.112.566	1.881.277	0	0	455.231.289	0,41	0,00	99,59
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	147.971.365	160.000.000	158.000.000	158.000.000	78.716.504	27.746.319	27.054.434	79.283.496	49,82	17,56	50,18
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	143.441.077	350.188.826	310.911.061	310.911.061	5.776.591	2.158.208	2.134.377	305.134.470	1,86	0,69	98,14
59	OUTROS PROGRAMAS	33.298.507	46.100.000	43.500.000	43.500.000	20.174.485	7.249.683	7.241.700	23.325.515	46,38	16,67	53,62
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	71.302.847	69.961.200	69.961.200	69.961.200	68.478.958	13.013.289	13.010.251	1.482.242	97,88	18,60	2,12

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	68.950.907	70.083.036	70.083.036	70.083.036	67.200.000	17.326.160	17.326.160	2.883.036	95,89	24,72	4,11
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	5.279.347	6.033.565	6.033.565	6.033.565	439.500	173.126	173.126	5.594.065	7,28	2,87	92,72
63	EMENDAS NOMINATIVAS	122.710.540	0	606.457.601	606.457.601	0	0	0	606.457.601	0,00	0,00	100,00
64	**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ**	**1.896.724.637**	**1.246.955.004**	**1.205.288.334**	**1.216.368.835**	**473.754.377**	**254.834.718**	**246.531.388**	**742.614.458**	**38,95**	**20,95**	**61,05**
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	187.073.135	212.000.000	212.000.000	210.444.576	147.163.159	131.875.515	127.420.006	63.281.417	69,93	62,67	30,07
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	35.460.422	42.000.000	42.000.000	41.324.000	22.008.961	16.640.412	16.496.058	19.315.039	53,26	40,27	46,74
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	72.058.131	59.000.000	59.000.000	54.284.750	20.699.807	9.658.554	9.501.074	33.584.943	38,13	17,79	61,87
69	VACINAS E VACINAÇÃO	1.078.738.305	40.000.000	40.000.000	36.000.000	4.296.997	2.562.092	2.562.092	31.703.003	11,94	7,12	88,06
70	ESTUDOS E PESQUISAS	127.603.605	123.000.000	123.000.000	122.840.000	25.841.610	20.344.676	19.218.184	96.998.390	21,04	16,56	78,96
71	OUTROS PROGRAMAS	260.211.672	609.000.000	609.000.000	572.870.505	181.129.747	41.645.293	39.233.702	391.740.758	31,62	7,27	68,38
72	FARMÁCIAS POPULARES	93.008.816	100.000.000	58.333.330	100.000.000	35.316.192	18.935.737	18.927.831	64.683.808	35,32	18,94	64,68
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	25.262.983	27.442.764	27.442.764	27.442.764	27.297.904	8.994.044	8.994.044	144.860	99,47	32,77	0,53
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	13.536.232	14.632.176	14.632.176	14.632.176	10.000.000	4.178.397	4.178.397	4.632.176	68,34	28,56	31,66
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	19.880.064	19.880.064	19.880.064	0	0	0	19.880.064	0,00	0,00	100,00

DENOMINAÇÃO		EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
76	EMENDAS NOMINATIVAS	3.771.337	0	0	16.650.000	0	0	0	16.650.000	0,00	0,00	100,00
77	**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**	**140.871.451**	**148.732.760**	**25.854.414**	**148.732.760**	**33.535.316**	**22.842.350**	**22.502.643**	**115.197.444**	**22,55**	**15,36**	**77,45**
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	54.675.000	59.000.000	9.666.660	59.000.000	14.779.909	14.085.283	14.085.283	44.220.091	25,05	23,87	74,95
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	47.540.439	46.750.000	5.596.666	46.750.000	10.373.927	4.218.320	3.878.612	36.376.073	22,19	9,02	77,81
80	OUTROS PROGRAMAS	34.813.785	38.270.000	5.878.328	38.270.000	3.849.663	3.304.516	3.304.516	34.420.337	10,06	8,63	89,94
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	2.964.945	3.174.588	3.174.588	3.174.588	3.164.772	1.008.440	1.008.440	9.816	99,69	31,77	0,31
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	829.646	1.538.172	1.538.172	1.538.172	1.367.045	225.791	225.791	0	0,00	0,00	0,00
183	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	47.636	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
83	**GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC**	**91.534.538**	**117.335.184**	**117.335.184**	**118.835.184**	**33.215.385**	**27.408.912**	**25.371.036**	**85.619.799**	**27,95**	**23,06**	**72,05**
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	39.508.736	64.300.000	64.300.000	64.300.000	17.928.633	13.158.861	12.816.977	46.371.367	27,88	20,46	72,12
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	48.023.993	48.454.920	48.454.920	48.454.920	15.061.778	14.025.076	12.329.873	33.393.142	31,08	28,94	68,92
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	836.228	1.634.000	1.634.000	1.634.000	221.819	221.819	221.031	1.412.181	13,58	13,58	86,42
139	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	2.865.999	2.946.264	2.946.264	2.946.264	3.155	3.155	3.155	2.943.109	0,11	0,11	99,89
87	EMENDAS NOMINATIVAS	299.581	0	0	1.500.000	0	0	0	1.500.000	0,00	0,00	100,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TOTAL	**92.243.191.171**	**80.595.625.057**	**86.229.393.060**	**110.924.323.243**	**54.551.140.821**	**30.338.646.663**	**29.587.578.716**	**56.373.182.422**	**49,18**	**27,35**	**50,82**
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OCC - ID USO 6	**82.944.282.440**	**80.595.625.057**	**86.229.393.060**	**100.960.473.722**	**46.936.731.273**	**27.399.847.977**	**26.649.688.003**	**54.023.742.449**	**46,49**	**27,14**	**53,51**
NÃO ASPS - OCC - ID USO 0 (Incluido emendas e Dívida)	1.902.171.689	2.891.179.446	2.976.463.390	2.414.792.947	611.611.499	297.032.739	296.668.412	1.803.181.448	25,33	12,30	74,67
PESSOAL ATIVO - GERAL	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	10.097.911.735	7.746.434.879	2.984.261.763	2.983.045.230	2.351.476.856	76,71	29,55	23,29
PESSOAL ATIVO - ID USO 6	**9.298.908.731**	**0**	**0**	**9.963.849.521**	**7.614.409.548**	**2.938.798.686**	**2.937.890.714**	**2.349.439.973**	**76,42**	**29,49**	**23,58**
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => ANS	133.571.989	134.062.214	134.062.214	134.062.214	132.025.331	45.463.077	45.154.516	2.036.883	98,48	33,91	1,52
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA - ID USO 0	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.551.365.539	7.475.899.614	2.423.859.149	2.423.857.982	75.465.925	99,00	32,10	1,00
DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS) - ID USO 0	14.993.942	52.136.000	52.136.000	52.136.000	9.940.404	4.970.202	4.970.202	42.195.596	19,07	9,53	80,93
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL (ID USO 0 E 6)	84.846.454.129	91.592.499.269	103.239.807.822	103.375.266.669	47.548.342.772	27.696.880.716	26.946.356.415	55.826.923.897	46,00	26,79	54,00
EMENDAS PARLAMENTARES	2.916.971.844	0	9.143.467.636	9.161.617.636	0	0	0	9.161.617.636	0,00	0,00	100,00
UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	10.053.458	13.170.000	0	13.170.000	5.954.955	936.475	596.767	7.215.045	45,22	7,11	54,78
SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	9.560.185	31.061.834	31.061.834	31.061.834	3.911.319	1.487.471	1.486.683	27.150.515	13	4,79	87,41
MS - TOTAL GERAL	**101.865.614.927**	**109.241.776.543**	**120.889.085.096**	**121.024.543.943**	**62.770.677.265**	**33.105.001.628**	**32.353.259.627**	**58.253.866.678**	**51,87**	**27,35**	**48,13**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 1º Quadrimestre de 2015

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$1,00

Fonte	RECURSOS	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
00	RECURSOS ORDINARIOS	12.717.862.916,00	143.236.566,57	11.915.137,34	11.574.641,77
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	10.119.212,00	-	-	-
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	39.200.000,00	4.898.062,30	2.449.031,15	2.449.031,15
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	12.936.000,00	5.042.341,52	2.521.170,76	2.521.170,76
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	157.528.352,00	3.023.337,02	440.005,02	440.005,02
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	132.794.435,00	9.585.237,41	197.365,26	197.365,26
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	44.395.327.872,00	22.490.888.955,29	10.186.170.185,61	9.654.336.515,03
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	51.495.450.626,00	32.885.815.083,05	20.484.441.054,38	20.265.377.325,70
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	2.579.002.858,00	2.579.002.858,00	658.007.749,22	658.007.749,22
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	4.456.571.334,00	4.415.623.494,00	1.680.791.110,60	1.680.789.943,54
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	576.097.466,00	233.334.865,86	78.068.818,74	77.565.879,28
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	17.030.632,00	-	-	-
81	RECURSOS DE CONVENIOS	2.652.512,00	226.464,00	-	-
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.431.969.728,00	-	-	-
Total		**121.024.543.943,00**	**62.770.677.265,02**	**33.105.001.628,08**	**32.353.259.626,73**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 1º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
10 - HOSPITAIS PRÓPRIOS		**922.825.908**	**1.014.500.000**	**1.014.380.000**	**1.014.380.000**	**301.040.862**	**142.775.868**	**110.174.982**	**713.339.138**
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a **Marinha** do Brasil - na Região Norte	14.999.968	15.000.000	14.880.000	14.880.000	0	0	0	14.880.000
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Açoes e Serviços Especializados em Cardiologia - **INC** - No Estado do Rio de Janeiro	101.306.861	105.600.000	105.600.000	105.600.000	37.744.582	15.841.887	11.927.601	67.855.418
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral dos Servidores)**	176.316.586	182.000.000	182.000.000	182.000.000	54.889.089	35.308.255	21.094.657	127.110.911
10.302.2015.6217.6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral de Bonsucesso)**	132.631.385	169.000.000	169.000.000	169.000.000	48.375.536	20.643.089	17.718.305	120.624.464
10.302.2015.6217.6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral de Jacarepaguá)**	60.017.712	72.000.000	72.000.000	72.000.000	17.846.889	7.277.968	6.678.199	54.153.111

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
10.302.2015.6217.6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral de Ipanema)**	59.049.700	63.900.000	63.900.000	63.900.000	16.722.737	9.878.842	9.875.730	47.177.263
10.302.2015.6217.6510	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral do Andaraí)**	93.273.290	106.000.000	106.000.000	106.000.000	32.955.665	9.276.643	8.330.303	73.044.335
10.302.2015.6217.6511	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ **(Hospital Geral da Lagoa)**	66.391.999	71.500.000	71.500.000	71.500.000	20.746.007	13.141.108	10.328.485	50.753.993
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - **INTO**-No Estado do Rio de Janeiro	218.838.407	229.500.000	229.500.000	229.500.000	71.760.358	31.408.077	24.221.701	157.739.642

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 1º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
84 - ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE		**39.508.736**	**64.300.000**	**64.300.000**	**64.300.000**	**17.928.633**	**13.158.861**	**12.816.977**	**46.371.367**
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp. Nossa Senhora da Conceição - RS	16.539.285	19.300.000	19.300.000	19.300.000	6.057.383	6.050.883	6.050.883	13.242.617
10.302.2015.6217.5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatorias e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Nossa Senhora da Conceição - RS	22.969.451	45.000.000	45.000.000	45.000.000	11.871.251	7.107.978	6.766.094	33.128.750

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$ 1,00

UG Executora		Saldo Atual - R$
250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	21.368,37
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	125.493.440,53
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	9.167.668,35
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	5.046,46
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	37.732,30
250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	81.713,23
250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	97.552,41
250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	116.189,07
250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	109.118,01
250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	117.756,16
250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	135.656,29
250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	96.050,11
250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	3.594,47
250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	20.247,27
250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	192.575,69
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	20.267,28
250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	111.531,38
250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	100.845,55
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	50.236,02
250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	134.322,21
250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	164.755,44
250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	114.227,33
250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	85.432,73
250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	2.983.768,35
250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	126.279,14
250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	114.848,84
250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	123.086,37
250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	63.824,81
250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	110.786,65
250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	241.667,46
250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	79.972,60
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	9.993,81
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	2.373.126,30
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	10.246.272,16
250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	5.503.982,84
250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	4.439.063,40
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	5.701.977,87
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANCAS	2.470.396.251,13
250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	131.423,24
250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	2.099.986,32
250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	2.468.574,03
250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	1.033.340,82
250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAI	4.276.490,03
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	268.381,24
250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	18.947.097,75
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	1.254.808,95
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	1.186.192,03
253004	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SC	15.853,99
253005	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RS	4.117,27
253006	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PR	40.580,70
253007	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PE	21.194,38
253008	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MS	62.513,02
253009	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AP	17.318,01
253010	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PA	13.128,08
253011	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MG	69.750,26
253012	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RJ	281.220,70
253013	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-ES	19.076,69
253014	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-GO	329.964,02
253015	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-BA	29.927,58
253016	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RN	30.789,44
253017	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AM	17.930,83
253018	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-CE	2.437,74
253019	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AL	20.465,63

UG Executora		Saldo Atual - R$
253020	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MA	3.554,42
253021	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PB	4.881,66
253022	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RR	350,92
253023	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SE	28.727,11
253024	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MT	4.092,98
253025	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-TO	423,38
253026	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RO	20.997,22
253027	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PI	6.825,47
253028	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SP	375.538,41
253029	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AC	14.599,26
253032	GERENCIA±GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	6.706.704,97
253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	381.640,59
253034	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - SAO PAULO	277.531,03
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	153.771.466,03
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	934.429,65
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	110.925,29
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	667.664,10
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	29.684.057,76
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	19.128.917,31
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	3.590.501,97
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	2.370.865,32
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA	19.042.349,43
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	16.918.139,21
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	350.033,24
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	118.416,68
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	207.595,53
254492	INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS	941.118,39
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	146.356.367,39
255001	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AC	1.005,85
255002	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AL	6.160,55
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	53.256,97
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	137.330,71
255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	57.395,40
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	7.911,44
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	2.143,76
255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	5.329,04
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	7.252,63
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	245.053,99
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	200,00
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	12.167,42
255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	0,00
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	19.388,76
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	3.833,21
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	37.692,07
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	10.340,17
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	231.674,37
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	37.457,17
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	118.992,09
255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	11.226,46
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	7.846,67
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	33.306,67
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	16.520,96
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	5.633,30
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	3.103,48
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	125.861.667,87
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	72.586,21
257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	2.360.341,41
257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	574.844,47
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	208.075,64
257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	514.555,65
257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	1.800.654,97
257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	885.382,93
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	274.747,95
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOES	1.136.967,61
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	997.938,72
257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	0,00
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	479.142,65
257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOES	16.217,35
257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	986.675,34
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	699.923,94
257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	600.952,68
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	776.371,04

UG Executora		Saldo Atual - R$
257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	1.623.458,96
257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	1.219.156,85
257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	581.193,17
257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	938.838,28
257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	1.443.055,06
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	1.437.288,70
257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	1.236.235,82
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	1.823.501,89
257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	703.653,39
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	646.651,89
257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	1.400.064,01
257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	1.761.790,28
257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	241.889,17
257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	798.242,75
257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	693.853,88
257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	1.699.584,32
257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	1.069.403,53
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	1.645.400,35
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	754.111,00
257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	783.488,51
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	1.605.270,69
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	26.199.437,04
TOTAL		**3.263.278.344,97**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2015)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (INSCRITOS e REINSCRITOS EM 2015 - ATUALIZADO ATÉ 26.05.2015)

Em R$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESTOS A PAGAR					
	INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR		
				LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL
PESSOAL ATIVO	55.675.291	8.447.424	3.424.900	147.851	43.655.115	43.802.967
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	587.410				587.410	587.410
SUBTOTAL	**56.262.700**	**8.447.424**	**3.424.900**	**147.851**	**44.242.525**	**44.390.376**
FNS	11.025.464.127	111.619.872	2.541.943.438	439.084.175	7.932.816.642	8.371.900.817
ANVISA	52.361.067	993.400	17.202.803	53.425	34.111.440	34.164.864
FUNASA	3.103.435.176	124.203.763	210.972.396	471.715.251	2.296.543.767	2.768.259.018
FIOCRUZ	565.314.681	587.065	355.525.227	2.033.712	207.168.677	209.202.390
ANSS	23.050.788	141.666	14.667.180	0	8.241.942	8.241.942
GHC	25.627.955	38.703	11.499.644	8.667	14.080.941	14.089.608
SUBTOTAL	**14.795.253.795**	**237.584.468**	**3.151.810.688**	**912.895.230**	**10.492.963.409**	**11.405.858.639**
MS - TOTAL GERAL	**14.851.516.495**	**246.031.892**	**3.155.235.588**	**913.043.082**	**10.537.205.934**	**11.450.249.016**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 1º Quadrimestre de 2015

Fundo Nacional Saúde - FNS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2014	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada				Receita Prevista	
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
13110000	ALUGUÉIS	150	185.593	258.049		258.049	7.382	6.387	12.670	2.290	17.400	17.400
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	70.931	0		0	962.588	1.158.341	1.130.550	1.183.763	1.050.000	1.050.000
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	70.932	1.412		1.412	0	6	26.594	-	4.300	4.300
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150		0		0	4.500	8.280	0	-		
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150		33.501		33.501	0	0	0	-	2.792	2.792
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	50.113	63.971		63.971	90	283	89	214	650	650
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	429.580	426.980		426.980	45.680	39.546	54.538	40.912	45.000	45.000
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	26.167	50.000		50.000	0	0	0	0	3.000	3.000
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	316.175	432.558		432.558	41.240	265.748	47.016	42.915	36.047	36.047
19199900	OUTRAS MULTAS	150	2.622.853	3.452.355		3.452.355	294.788	327.270	818.249	561.618	200.000	200.000
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150		0		0	142.227	462.903	-72.011	70.793		
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE	186	408.271.589	150.000.000		150.000.000	3.956.468	2.999.200	0	26.051.488	14.500.000	14.500.000

RECEITA			Arrecadado 2014	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada				Receita Prevista	
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	ASSISTÊNCIA A SAÚDE											
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	60.731.750	55.760.680		55.760.680	5.928.069	4.549.807	7.684.447	8.256.938	6.000.000	6.000.000
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	598.307	413.722		413.722	61.427	47.044	49.494	39.479	50.000	50.000
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	3.722.751.036	4.281.969.728		4.281.969.728	625.422.796	358.833.340	407.861.889	374.928.883	334.000.000	275.000.000
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	-	7.591		7.591	0	0	0	0	633	633
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150		5.654.773		5.654.773	12.981	14.769	56.481	202	240.000	240.000
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	282.620	125.278		125.278	0	0	0	0	10.440	10.440
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	10.146.596	28.296		28.296	170.549	2.216	2.216	8.659	2.358	2.358
Total			**4.206.554.242**	**4.498.678.894**	**0**	**4.498.678.894**	**637.050.785**	**368.715.140**	**417.672.222**	**411.188.154**	**356.162.620**	**297.162.620**

RECEITA			Receita Prevista						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Abr	Projeção Jan/Dez	
13110000	ALUGUÉIS	150	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400	28.729	167.929	-90.120
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000	4.435.242	12.835.242	12.835.242
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	4.300	4.300	4.300	4.300	4.300	4.300	26.600	61.000	59.588

RECEITA			Receita Prevista						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Abr	Projeção Jan/Dez	
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150							12.780	12.780	12.780
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	2.792	2.792	2.792	2.792	2.792	2.789	0	22.333	-11.168
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	650	650	650	650	650	650	676	5.876	-58.095
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	45.000	180.676	540.676	113.696
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	0	24.000	-26.000
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	36.047	36.047	36.047	36.047	36.047	36.041	396.919	685.289	252.731
19199900	OUTRAS MULTAS	150	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	2.001.925	3.601.925	149.570
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150							603.912	603.912	603.912
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	14.500.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000	33.007.156	149.007.156	-992.844
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	26.419.261	74.419.261	18.658.581
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	197.444	597.444	183.722
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	313.000.000	282.000.000	276.000.000	227.000.000	162.000.000	200.000.000	1.767.046.908	3.836.046.908	-445.922.820
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	633	633	633	633	633	628	0	5.059	-2.532
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	240.000	240.000	240.000	240.000	240.000	240.000	84.433	2.004.433	-3.650.340
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	10.440	10.440	10.440	10.440	10.440	10.438	0	83.518	-41.760
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	2.358	2.358	2.358	2.358	2.358	2.358	183.640	202.504	174.208
Total			**335.162.620**	**304.162.620**	**298.162.620**	**249.162.620**	**184.162.620**	**222.162.604**	**1.834.626.301**	**4.080.927.245**	**-417.751.649**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Receita Própria em todas as unidades orçamentárias MS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 13.115, de 20.04.2015			Receita Arrecadada				TOTAL	Projeção	Excesso ou
	L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Acumulado		Frustração
36901 - FUNDO	**4.498.678.894**	**0**	**4.498.678.894**	**637.050.785**	**368.715.140**	**417.672.222**	**411.188.154**	**1.834.626.301**	**4.080.927.245**	**-417.751.649**
150	66.707.754		66.707.754	6.708.933	5.724.253	8.653.189	9.024.020	30.110.395	95.812.181	29.104.427
180	1.412		1.412	962.588	1.158.347	1.157.144	1.183.763	4.461.842	61.000	59.588
186	4.431.969.728		4.431.969.728	629.379.264	361.832.540	407.861.889	400.980.371	1.800.054.064	3.985.054.064	-446.915.664
36211 - FUNASA	**2.237.248**	**0**	**2.237.248**	**24.160**	**22.398**	**23.821**	**65.098**	**86.888**	**1.384.993**	**-852.255**
250	2.237.248		2.237.248	24.160	22.398	23.821	16.509	86.888	1.384.993	-852.255
280				0	0	0	48.589			
36201 - FIOCRUZ	**61.449.592**	**0**	**61.449.592**	**4.292.825**	**3.535.208**	**4.929.088**	**3.678.645**	**16.435.766**	**50.990.420**	**-9.950.401**
250	57.866.620		57.866.620	4.141.215	3.424.745	4.829.537	3.574.408	15.969.905	47.916.219	-9.950.401
280	930.460		930.460	151.610	110.463	99.551	104.237	465.861	1.305.861	375.401
281	2.652.512		2.652.512	0	0	0	0	0	1.768.340	-884.172
36212 - ANVISA	**374.429.972**	**0**	**374.429.972**	**24.993.013**	**25.018.651**	**30.140.288**	**29.325.816**	**109.477.768**	**340.033.834**	**-34.396.138**
174	360.532.043		360.532.043	24.147.421	24.030.122	29.243.985	28.388.877	105.810.405	328.971.896	-31.560.147
250	176.485		176.485	4.483	3.401	3.880	4.397	16.161	90.736	-85.749
280	13.721.444		13.721.444	841.109	985.128	892.423	932.542	3.651.202	10.971.202	-2.750.242
36213 - ANS	**218.985.579**	**0**	**218.985.579**	**17.083.393**	**13.074.226**	**32.900.842**	**16.295.299**	**79.353.760**	**238.952.192**	**19.966.613**
174	215.565.423		215.565.423	16.774.180	12.714.290	32.408.011	15.879.518	77.775.999	235.117.099	19.551.676
250	2.220.156		2.220.156	204.606	175.613	254.899	160.873	795.991	2.253.323	33.167
280	1.200.000		1.200.000	104.607	184.323	237.932	254.908	781.770	1.581.770	381.770
36210 - HNSC	**4.763.488**	**0**	**4.763.488**	**210.975**	**248.429**	**283.188**	**1.034.248**	**1.776.840**	**6.510.825**	**1.747.337**
250	3.586.172		3.586.172	22.670	27.717	85.777	837.707	973.871	4.139.856	553.684
280	1.177.316		1.177.316	188.305	220.712	197.411	196.541	802.969	2.370.969	1.193.653
TOTAL GERAL	**5.160.544.773**	**0**	**5.160.544.773**	**683.655.151**	**410.614.052**	**485.949.449**	**461.587.260**	**2.041.757.323**	**4.718.799.509**	**-441.490.879**

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Em restituições de convênios estão sendo consideradas as fontes (100,150,151 e 182)

2. Desembolso Financeiro

2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

R$ 1,00

UF	ATENÇAO BÁSICA		MEDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILANCIA EM SAUDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	**26.767.370,73**		**72.136.316,61**		**4.488.687,31**	
	470.839,76	26.296.530,97	70.672.675,60	1.463.641,01	1.367.255,78	3.121.431,53
AM	**104.455.854,64**		**194.501.641,28**		**19.240.815,86**	
	1.479.560,00	102.976.294,64	169.994.553,67	24.507.087,61	5.281.776,75	13.959.039,11
AP	**20.107.763,85**		**58.200.956,42**		**4.914.120,96**	
	22.680,00	20.085.083,85	40.166.662,79	18.034.293,63	1.220.068,57	3.694.052,39
PA	**212.449.179,69**		**440.898.091,98**		**36.098.643,82**	
	317.835,24	212.131.344,45	108.062.891,42	332.835.200,56	7.038.166,28	29.060.477,54
RO	**46.376.700,45**		**117.239.292,99**		**8.450.606,75**	
	822.680,00	45.554.020,45	63.904.564,76	53.334.728,23	2.128.766,36	6.321.840,39
RR	**12.742.097,39**		**34.194.154,80**		**3.457.733,81**	
	21.300,00	12.720.797,39	23.688.612,31	10.505.542,49	955.999,84	2.501.733,97
TO	**66.967.826,01**		**123.034.885,39**		**7.654.014,26**	
	67.688,19	66.900.137,82	89.546.526,87	33.488.358,52	2.366.985,17	5.287.029,09
Norte	**489.866.792,76**		**1.040.205.339,47**		**84.304.622,77**	
	3.202.583	486.664.210	566.036.487	474.168.852	20.359.019	63.945.604
AL	**122.619.352,37**		**269.187.223,55**		**11.343.833,82**	
	7.560,00	122.611.792,37	71.483.483,40	197.703.740,15	3.135.805,70	8.208.028,12
BA	**476.665.002,83**		**981.973.317,81**		**47.279.464,50**	
	3.315.600,00	473.349.402,83	448.892.129,56	533.081.188,25	11.374.615,11	35.904.849,39
CE	**293.815.776,76**		**645.372.025,68**		**28.690.242,81**	
	111.510,00	293.704.266,76	124.869.881,29	520.502.144,39	6.535.169,88	22.155.072,93
MA	**261.333.177,89**		**337.333.995,04**		**30.230.496,46**	
	553.195,22	260.779.982,67	108.387.429,05	228.946.565,99	7.256.921,96	22.973.574,50
PB	**185.482.016,97**		**252.685.297,97**		**13.077.458,13**	
	68.040,00	185.413.976,97	33.948.017,34	218.737.280,63	4.439.036,83	8.638.421,30
PE	**304.538.072,44**		**933.366.681,15**		**31.041.406,07**	
	2.286.554,62	302.251.517,82	514.298.423,33	419.068.257,82	9.652.851,63	21.388.554,44
PI	**164.611.067,86**		**205.740.469,01**		**10.640.399,35**	
	276.780,00	164.334.287,86	47.289.019,57	158.451.449,44	2.824.838,45	7.815.560,90
RN	**138.277.435,17**		**243.075.181,88**		**11.357.114,74**	
	1.472.000,00	136.805.435,17	97.455.828,12	145.619.353,76	2.956.991,79	8.400.122,95
SE	**76.014.630,62**		**180.769.658,37**		**7.593.691,60**	
	22.680,00	75.991.950,62	68.071.594,93	112.698.063,44	2.407.859,07	5.185.832,53
Nordeste	**2.023.356.532,91**		**4.049.503.850,46**		**191.254.107,48**	
	8.113.919,84	2.015.242.613,07	1.514.695.806,59	2.534.808.043,87	50.584.090,42	140.670.017,06

UF	ATENÇAO BÁSICA		MEDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILANCIA EM SAUDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
ES	**89.877.844,67**		**265.811.892,32**		**12.939.620,60**	
	136.080,00	89.741.764,67	188.723.464,29	77.088.428,03	3.437.524,99	9.502.095,61
MG	**663.577.526,13**		**1.528.281.785,65**		**62.678.791,04**	
	249.480,00	663.328.046,13	327.891.720,99	1.200.390.064,66	14.805.970,08	47.872.820,96
RJ	**340.061.064,78**		**1.221.048.391,59**		**52.367.922,64**	
	0,00	340.061.064,78	183.934.483,48	1.037.113.908,11	10.217.109,67	42.150.812,97
SP	**765.043.379,12**		**3.354.027.142,89**		**96.013.353,62**	
	657.720,00	764.385.659,12	1.537.577.925,11	1.816.449.217,78	23.231.272,06	72.782.081,56
Sudeste	**1.858.559.814,70**		**6.369.169.212,45**		**223.999.687,90**	
	1.043.280,00	1.857.516.534,70	2.238.127.593,87	4.131.041.618,58	51.691.876,80	172.307.811,10
PR	**285.473.220,49**		**906.127.892,18**		**25.291.961,01**	
	34.020,00	285.439.200,49	368.198.572,45	537.929.319,73	7.290.178,36	18.001.782,65
RS	**222.576.759,98**		**863.970.236,28**		**25.585.705,31**	
	23.190,00	222.553.569,98	310.680.491,49	553.289.744,79	6.764.014,96	18.821.690,35
SC	**211.465.166,88**		**511.891.370,69**		**15.658.691,92**	
	11.340,00	211.453.826,88	174.072.886,25	337.818.484,44	3.962.141,24	11.696.550,68
Sul	**719.515.147,35**		**2.281.989.499,15**		**66.536.358,24**	
	68.550,00	719.446.597,35	852.951.950,19	1.429.037.548,96	18.016.334,56	48.520.023,68
DF	**37.886.969,06**		**169.245.158,73**		**6.508.870,43**	
	37.886.969,06	0,00	169.245.158,73	0,00	6.508.870,43	0,00
GO	**176.534.049,99**		**439.220.413,17**		**22.346.183,98**	
	79.380,00	176.454.669,99	30.845.257,92	408.375.155,25	4.182.451,46	18.163.732,52
MS	**81.817.777,01**		**247.319.822,28**		**9.261.886,06**	
	11.951,66	81.805.825,35	52.510.858,19	194.808.964,09	2.576.004,18	6.685.881,88
MT	**94.662.967,43**		**221.322.377,36**		**13.083.982,09**	
	45.360,00	94.617.607,43	78.446.204,98	142.876.172,38	3.637.744,96	9.446.237,13
Centro-Oeste	**390.901.763,49**		**1.077.107.771,54**		**51.200.922,56**	
	38.023.660,72	352.878.102,77	331.047.479,82	746.060.291,72	16.905.071,03	34.295.851,53
Brasil	**5.482.200.051,21**		**14.817.975.673,07**		**617.295.698,95**	
	50.451.993,75	5.431.748.057,46	5.502.859.317,89	9.315.116.355,18	157.556.391,56	459.739.307,39

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO DO SUS		INVESTIMENTO	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	**1.811.897,50**		**595.000,00**		**5.057.156,20**	
	237.284,94	1.574.612,56	0,00	595.000,00	113.527,20	4.943.629,00
AM	**8.924.369,32**		**1.700.000,00**		**11.173.325,42**	
	2.557.584,44	6.366.784,88	800.000,00	900.000,00	8.879.491,66	2.293.833,76
AP	**1.419.298,93**		**90.000,00**		**4.590.309,41**	
	132.436,65	1.286.862,28	0,00	90.000,00	3.883.358,89	706.950,52
PA	**19.275.309,44**		**2.246.737,74**		**16.415.500,22**	
	1.459.522,68	17.815.786,76	86.737,74	2.160.000,00	1.627.511,17	14.787.989,05
RO	**3.891.943,29**		**250.000,00**		**3.601.840,00**	
	795.103,11	3.096.840,18	0,00	250.000,00	2.064.000,00	1.537.840,00
RR	**1.165.638,56**		**270.000,00**		**1.737.230,00**	
	221.517,60	944.120,96	0,00	270.000,00	572.200,00	1.165.030,00
TO	**4.444.933,86**		**1.111.000,00**		**5.414.784,50**	
	625.715,46	3.819.218,40	0,00	1.111.000,00	1.531.602,50	3.883.182,00
Norte	**40.933.390,90**		**6.262.737,74**		**47.990.145,75**	
	6.029.164,88	34.904.226,02	886.737,74	5.376.000,00	18.671.691,42	29.318.454,33
AL	**10.771.042,28**		**270.000,00**		**6.105.517,83**	
	3.689.098,08	7.081.944,20	0,00	270.000,00	908.000,00	5.197.517,83
BA	**38.287.527,46**		**2.434.800,00**		**25.276.028,97**	
	14.465.301,30	23.822.226,16	1.651.400,00	783.400,00	0,00	25.276.028,97
CE	**25.625.780,61**		**2.154.070,00**		**16.575.082,22**	
	16.721.611,41	8.904.169,20	1.039.320,00	1.114.750,00	2.471.338,18	14.103.744,04
MA	**15.957.957,98**		**2.485.000,00**		**15.741.838,43**	
	2.457.365,13	13.500.592,85	0,00	2.485.000,00	825.861,96	14.915.976,47
PB	**12.833.276,52**		**772.000,00**		**9.174.833,13**	
	2.839.264,08	9.994.012,44	0,00	772.000,00	800.749,13	8.374.084,00
PE	**23.168.402,47**		**1.018.600,00**		**16.099.522,04**	
	4.762.016,67	18.406.385,80	746.200,00	272.400,00	365.490,00	15.734.032,04
PI	**8.069.463,82**		**2.090.167,45**		**17.065.367,50**	
	1.442.912,06	6.626.551,76	1.013.425,50	1.076.741,95	9.366.218,00	7.699.149,50
RN	**9.567.086,32**		**159.000,00**		**7.156.959,00**	
	1.772.263,88	7.794.822,44	0,00	159.000,00	587.384,00	6.569.575,00
SE	**6.276.533,68**		**40.000,00**		**1.186.683,00**	
	1.858.679,52	4.417.854,16	0,00	40.000,00	0,00	1.186.683,00
Nordeste	**150.557.071,14**		**11.423.637,45**		**114.381.832,12**	
	50.008.512,13	100.548.559,01	4.450.345,50	6.973.291,95	15.325.041,27	99.056.790,85
ES	**12.074.181,98**		**195.000,00**		**8.662.286,32**	
	5.380.896,54	6.693.285,44	0,00	195.000,00	687.296,32	7.974.990,00
MG	**59.102.309,35**		**5.263.750,00**		**16.972.643,72**	

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO DO SUS		INVESTIMENTO	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
	36.515.824,19	22.586.485,16	3.132.000,00	2.131.750,00	295.000,00	16.677.643,72
RJ	**40.076.785,83**		**0,00**		**15.203.696,09**	
	10.145.905,43	29.930.880,40	0,00	0,00	0,00	15.203.696,09
SP	**151.521.680,11**		**2.935.320,00**		**78.236.932,00**	
	99.807.628,21	51.714.051,90	964.570,00	1.970.750,00	3.010.077,71	75.226.854,29
Sudeste	**262.774.957,27**		**8.394.070,00**		**119.075.558,13**	
	151.850.254,37	110.924.702,90	4.096.570,00	4.297.500,00	3.992.374,03	115.083.184,10
PR	**33.645.638,58**		**861.500,00**		**15.569.708,53**	
	27.167.785,90	6.477.852,68	0,00	861.500,00	0,00	15.569.708,53
RS	**26.824.743,99**		**680.000,00**		**14.138.776,34**	
	5.572.385,22	21.252.358,77	0,00	680.000,00	482.473,20	13.656.303,14
SC	**22.445.448,78**		**669.000,00**		**14.837.258,11**	
	9.888.719,22	12.556.729,56	50.000,00	619.000,00	3.611.382,00	11.225.876,11
Sul	**82.915.831,35**		**2.210.500,00**		**44.545.742,98**	
	42.628.890,34	40.286.941,01	50.000,00	2.160.500,00	4.093.855,20	40.451.887,78
DF	**8.319.686,33**		**2.161.600,00**		**8.365.694,23**	
	8.319.686,33	0,00	2.161.600,00	0,00	8.365.694,23	0,00
GO	**18.170.677,51**		**2.566.300,00**		**15.796.953,02**	
	6.104.056,77	12.066.620,74	0,00	2.566.300,00	809.413,70	14.987.539,32
MS	**7.401.976,08**		**16.000,00**		**6.946.730,23**	
	2.615.292,54	4.786.683,54	0,00	16.000,00	3.626.318,91	3.320.411,32
MT	**8.706.724,98**		**1.032.663,20**		**10.043.797,85**	
	1.911.063,03	6.795.661,95	807.663,20	225.000,00	478.037,50	9.565.760,35
Centro-Oeste	**42.599.064,90**		**5.776.563,20**		**41.153.175,33**	
	18.950.098,67	23.648.966,23	2.969.263,20	2.807.300,00	13.279.464,34	27.873.710,99
Brasil	**579.780.315,56**		**34.067.508,39**		**367.146.454,31**	
	269.466.920,39	310.313.395,17	12.452.916,44	21.614.591,95	55.362.426,26	311.784.028,05

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS

2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

R$ 1,00

Modalidade Aplicação		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
30	**TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL**	3.202.567.899,87	5.419.671,34	3.070.119,96	1.831.162,00
40	**TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS**	6.106.679.319,92	4.664.957,49	537.840,00	537.840,00
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR		9.309.247.219,79	10.084.628,83	3.607.959,96	2.369.002,00
31	**TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO**	16.409.252.784,84	9.819.111.654,94	5.640.397.107,73	5.631.663.008,87
41	**TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO**	48.052.949.105,06	23.433.934.792,84	15.616.778.658,85	15.406.818.568,10
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO		64.462.201.889,90	33.253.046.447,78	21.257.175.766,58	21.038.481.576,97
TOTAL GERAL		**73.771.449.109,69**	**33.263.131.076,61**	**21.260.783.726,54**	**21.040.850.578,97**

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$1,00

DESPESAS EMPENHADAS				
	30	**31**	**40**	**41**
UF Beneficiada	**TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL**	**TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO**	**TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS**	**TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO**
AC	30.000,00	128.903.097,12	-	35.171.433,73
AL	665.074,01	140.956.629,51	-	496.022.361,49
AM	1.947.613,85	329.494.924,13	-	174.227.931,41
AP	-	48.319.917,43	-	59.890.939,15
BA	17.501,72	881.012.197,21	-	1.486.210.572,42
CE	-	184.383.572,88	10.766,24	1.295.044.543,45
DF	-	362.835.208,26	-	-
ES	-	339.741.862,59	-	260.838.644,30
GO	-	36.865.221,00	-	950.070.187,22
MA	-	222.177.950,40	-	714.493.914,00
MG	573.000,00	655.767.459,08	-	2.907.202.784,35
MS	-	65.577.712,62	-	463.938.976,49
MT	-	149.102.054,14	-	388.211.945,25
PA	-	98.833.836,57	-	886.894.403,52
PB	-	54.889.587,76	-	623.424.501,68
PE	-	653.456.377,96	-	1.176.218.608,61
PI	254.362,00	84.874.407,20	1.870.511,25	489.611.884,08
PR	180.669,76	688.031.491,41	-	1.295.215.832,85
RJ	-	362.754.798,51	-	2.300.035.863,95
RN	-	128.162.993,56	-	459.808.348,40
RO	1.576.800,00	122.086.565,05	-	156.397.102,52
RR	-	44.446.326,62	-	31.037.972,85
RS	-	597.653.948,80	1.075.680,00	1.273.642.475,74
SC	-	315.439.408,91	1.708.000,00	859.069.139,29
SE	-	90.121.094,89	-	303.820.857,60
SP	174.650,00	2.863.320.631,08	-	4.203.526.498,72
TO	-	169.902.380,25	-	143.907.069,77
Total	**5.419.671,34**	**9.819.111.654,94**	**4.664.957,49**	**23.433.934.792,84**

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: ABRIL FECHADO (Atualizado até 14.05.2015)

Em R$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC	0,00	72.544.654,87	0,00	32.753.925,00	105.298.579,87
AL	665.074,01	77.988.205,76	0,00	337.918.401,93	416.571.681,70
AM	0,00	182.599.338,63	0,00	146.762.597,33	329.361.935,96
AP	0,00	27.246.881,27	0,00	42.020.897,06	69.267.778,33
BA	883,95	478.171.544,75	0,00	1.069.986.383,24	1.548.158.811,94
CE	0,00	115.526.189,33	0,00	846.264.092,90	961.790.282,23
DF	0,00	222.474.246,94	0,00	0,00	222.474.246,94
ES	0,00	195.045.098,82	0,00	181.882.510,48	376.927.609,30
GO	0,00	26.747.602,03	0,00	618.439.321,72	645.186.923,75
MA	0,00	117.367.794,46	0,00	526.776.743,42	644.144.537,88
MG	573.000,00	384.215.200,83	0,00	1.933.253.054,18	2.318.041.255,01
MS	0,00	37.230.121,30	0,00	289.002.626,80	326.232.748,10
MT	0,00	83.960.588,73	0,00	256.989.469,22	340.950.057,95
PA	0,00	57.298.871,57	0,00	592.608.631,60	649.907.503,17
PB	0,00	37.739.927,21	0,00	431.004.460,20	468.744.387,41
PE	0,00	393.656.167,86	0,00	787.242.596,77	1.180.898.764,63
PI	254.362,00	44.558.451,41	0,00	350.550.750,35	395.363.563,76
PR	0,00	400.880.968,20	0,00	850.510.118,95	1.251.391.087,15
RJ	0,00	211.114.512,24	0,00	1.429.287.371,26	1.640.401.883,50
RN	0,00	82.480.895,20	0,00	317.314.352,09	399.795.247,29
RO	1.576.800,00	67.698.374,37	0,00	107.936.431,16	177.211.605,53
RR	0,00	24.749.739,36	0,00	25.562.256,75	50.311.996,11
RS	0,00	320.061.968,83	537.840,00	823.695.330,39	1.144.295.139,22
SC	0,00	185.241.621,52	0,00	582.978.224,98	768.219.846,50
SE	0,00	52.595.854,13	0,00	206.723.399,04	259.319.253,17
SP	0,00	1.649.825.248,07	0,00	2.716.788.301,33	4.366.613.549,40
TO	0,00	91.377.040,04	0,00	112.526.410,70	203.903.450,74
Total:	**3.070.119,96**	**5.640.397.107,73**	**537.840,00**	**15.616.778.658,85**	**21.260.783.726,54**

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC

Produção Assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – 1º Quadrimestre de 2015.

Período: Janeiro a Abril de2015.

PROCEDIMENTOS	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ CNES: 2269384	MS HOSPITAL DE IPANEMA CNES: 2269775	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO CNES: 2269880	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO CNES: 2269988	MS HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES CNES: 2295423	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA CNES: 2273659
Internação	1.645	733	3.361	1.888	1.075	1.324
Consultas	7.886	15.760	33.760	60.614	25.755	29.299
Cirurgia	3.001	926	2.298	2.886	669	1.235
Partos	-	-	428	53	-	-
Exames Ambulatoriais	232.172	44.466	299.617	188.622	160.410	1.514
Outros Proced.Ambulatoriais	242.714	58.428	341.550	253.174	190.043	31.154

Período: Janeiro a Março de 2015.

PROCEDIMENTOS	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO AS CNES: 2237571	HOSPITAL FEMINA CNES: 2265052	HOSPITAL CRISTO REDENTOR CNES: 2265060	UNIDADE JARDIM ITU CNES: 2265079	UNIDADES HOSPITALARES AFILIADAS AO GHC CNES: 2265087	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO ZONA NORTE MOACYR SCLIAR CNES: 7114893
Internação	9.185	2.270	1.534	-	-	-
Consulta	193.276	47.415	70.554	4.262	45.960	49.778
Cirurgia	4.900	1.671	5.249	-	-	-
Partos	1.251	1.063	-	-	623	-
Exames Ambulatoriais	535.641	32.896	36.111	70	566	-
Outros Procedimentos Ambulatoriais	23.863	3.753	7.485	54	4.844	-

Legenda:
Internação - Produção SIH
Consultas - Subgrupo 0301 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentoes - SIA
Cirurgia - Grupo 04 - Procedimentos Cirúrgicos - SIA e SIH
PARTO - Normal – SIH
03.10.01.001-2 ASSISTÊNCIA AO PARTO SEM DISTOCIA
03.10.01.003-9 - Parto Normal
03.10.01.004-7 - Parto Normal em Gestação de Alto Risco
03.10.01.005-5 - Parto Normal em Centro de Parto Normal (CPN)
- Cesária - SIH
04.11.01.002-6 - Parto Cesariano em Gestação de Alto Risco
04.11.01.003-4 - Parto Cesariano
04.11.01.004-2 - Parto Cesariano c/ Laqueadura Tubaria
Exames Ambulatoriais - Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - SIA
Outros Procedimentos Ambulatoriais Atendimentos Ambulatoriais menos os itens Consultas e Exames Ambulatoriais

(-) Quantitativo não informado pela unidade.

Fonte: Hospitais Próprios: NGI/CGA/DGH-RJ/SAS/MS
GHC: Base de Dados do SIASUS - Sistema de Informações Ambulatoriais e Hospitalar - Fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 05/02/2015)

NOTA 1: Todas as informações que constam neste relatório foram extraídas através dos sistemas de produção ambulatorial e hospitalar (SIA e SIH) do MS. Cabe ressaltar que tais informações estão sujeitas a alterações uma vez que o sistema permite que novos inputs de dados sejam lançados.

NOTA 2: As unidades hospitalares afiliadas ao GHC cuja produção é apresentada agregada são: UNIDADE HOSPITAL CONCEIÇÃO, UNIDADE VILA FLORESTA, UNIDADE DIVINA PROVIDÊNCIA, UNIDADE SESC, UNIDADE BARÃO DE BAJÉ, UNIDADE PARQUE DOS MAIAS, UNIDADE JARDIM LEOPOLDINA, UNIDADE JARDIM ITU, UNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE, UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, UNIDADE COIMA**,** UNIDADE COSTA E SILVA. A Unidade de pronto atendimento afiliada ao GHC é a UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO ZONA NORTE MOACYR SCLIAR.

4. Indicadores (Resultado Cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015 1º Quadrimestre	Fonte	Observações
Quantidade de municípios definidos no "Programa Brasil sem Miséria" implantados com o Programa "Farmácia Popular"	Quantidade de municípios atendidos com farmácias ou drogarias do Programa Farmácia Popular	unidade	1.614	1.610	DAF/ SCTIE	Em 2015, a expectativa é chegar ao acumulado de 1.614 municípios beneficiados com o programa implantado desde 2012.
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	328	290	SINAN (SVS)	
Cobertura vacinal da tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano	Nº de crianças menores de 1 ano vacinadas com a 3ª dose da tetravalente/pentavalente dividido pela População de menores de 1 ano x 100.	percentual	95	83,9	SI-PNI/ API/ Sinasc (SVS)	
Número absoluto de casos de malária	Número absoluto de casos de malária	Unidade	A previsão de nº de casos para 2015 está sendo estimada	29.749 casos autóctones de malária na região Amazônica.	Sivep-Malária (SVS)	Os dados de 2015 são preliminares, ou seja, sujeitos a alteração. Os dados foram extraídos dos bancos do Sivep-Malária – 30/04/2015 e do Sinan – 14/05/2015
Percentual de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	Total de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados na região/ total de óbitos maternos e de MIF x 100	percentual	85	78,1	SIM (SVS)	
Número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	Número de amostras de água examinadas para o parâmetro coliformes totais realizadas pela vigilância	unidade	70% - 510.711 análises	10,2% -74.687 análises	Sisagua (SVS)	Atualização dos dados do Sisagua: Maio/2015

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015 1º Quadrimestre	Fonte	Observações
Número de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	Número absoluto de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	unidade	15.000	11.216	SVS	
Índice de Risco Sanitário em Portos, Aeroportos e Fronteiras	Riscos identificados em fiscalizações dividido pelos Riscos aplicáveis nas mesmas fiscalizações, multiplicado por 100.	Percentual	9%	6,84%	Sistema Sagarana -software Risk Manager (Anvisa)	Os riscos das instalações e prestadores de serviço de interesse sanitário analisados até 30/04/2015 estava dentro da meta. Destaca-se que a meta faz parte da avaliação de desempenho dos coordenadores estaduais.
Total de unidades farmacêuticas produzidas (Fiocruz)	Total de unidades farmacêuticas produzidas no ano	unidade	N/I	N/I	Fiocruz	
Pacientes atendidos em atenção de referência pelos hospitais da Fiocruz [1]	Somatório do atendimento nas unidades de atenção por público alvo	unidade	N/I	N/I	Fiocruz	
Exame laboratorial realizado[2] pelas unidades da Fiocruz	Total de Exames laboratoriais de referência realizado no período	unidade	N/I	N/I	Fiocruz	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Nº de ESF + Nº de ESF equivalente) X 3.000 em determinado local e período/Pop. no mesmo local e período X 100	%	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	70,79	DAB/SAS	
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	Soma da carga horária dos cirurgiões dentistas/40 X 3.000 em determinado local e período/População no mesmo local e período.	%	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	52,69	DAB/SAS	
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	(Nº CAPS I X 0,5) + (nº CAPS II) + (Nº CAPSi) + (Nº CAPS III	Taxa (/100.000)	A previsão de cobertura para	0,92	Coordenação Geral de Saúde	De janeiro a abril, não houve novas habilitações de CAPS. O

[1] Hospitais da Fiocruz que são referências nas áreas de saúde da mulher e da criança (Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança) e de doenças infecciosas (Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas).
[2] A Fiocruz possui 50 laboratórios e departamentos considerados centros de referência nacional ou internacional por instituições brasileiras e estrangeiras.

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015 1º Quadrimestre	Fonte	Observações
	X 1,5) + (Nº CAPS ad) + (Nº CAPS ad III X 1,5)/População x 100.000		2015 está sendo estimada		Mental/SAS/MS	índice apresentado se refere a cobertura alcançada em 2014.

5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 1º Quadrimestre/2015

Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Uma das prioridades na implementação dessa diretriz será a ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, será privilegiada a organização dos serviços em redes, nas quais deverão ser qualificados o acolhimento e a humanização das práticas.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS)	Nova UBS com obra de ampliada/ reformada concluída	4.368 (1.805 ampliadas; 2.563 reformadas)	1.207 (658 ampliadas, 549 reformadas)	2015.12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS 2015.8577 – Piso de Atenção Básica Fixo (PO 0003)
2. Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	Nova UBS com obra de construção concluída	5.318	289 (206 PAC e 83 NÃO PAC)	
3. Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	ACS implantado	1.831	ACS dez/14 = 265.698 ACS Abr/15 = 264.732 Diferença = - 966 [3]	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
4. Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	Equipe implantada	1.431	ESF dez/14 = 39.288 ESF Abr/15 = 38.392 Diferença = - 896 [3]	
5. Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	ESB implantada	1.000	ESB dez/14 = 24.279 ESB Abr/15 = 23.820 Diferença = - 459 [3]	

[3] A diminuição das equipes de ACS, ESF e ESB observada no período situado entre o último quadrimestre de 2014 e esse primeiro quadrimestre de 2015 deve-se à suspensão de equipes em situação irregular - seja em função de não alimentação dos sistemas de informação da atenção básica (CNES, SIAB e e-SUS AB), seja por denúncias de órgãos de controle externo.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
6. Alocar até 13 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	Médico alocado no âmbito de Programa Mais Médicos	Meta alcançada	Atualmente são 14.462 participantes no Programa Mais Médicos.	2015.20AD- Piso de Atenção Básica Variavel Saúde da Familia (Mais Médicos)
7. Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	Percentual de municípios com adesão ao Programa "Saúde na Escola"	87%	87%[4]	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
8. Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	Equipe de atenção à saúde domiciliar implantada	360 (240 EMAD e 120 EMAP)	32 novas equipes implantadas de EMAD de janeiro a março de 2015.	
9. Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	CEO implantado	100	7 CEO implantados de janeiro a abril de 2015.	2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
10. Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	Serviço qualificado	Meta alcançada	-	-
11. Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	Serviço requalificado	186	N/I[5]	2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
12. Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.	Transplante de órgãos sólidos e não sólidos realizado	24.000	O quantitativo preliminar de transplantes realizados de janeiro a abril de 2015 foi de 6.335.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
13. Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.	Ampliação de cirurgias oncológicas e procedimentos quimioterápicos (%)	10% das cirurgias e 5% dos procedimentos quimioterápicos	De janeiro a março de 2015 foram realizadas 47.861 cirurgias oncológicas e 686.553 procedimentos quimioterápicos.	2015.8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia – INCA
14. Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença	UF com Política implantada	Meta alcançada	-	-

[4] O percentual de adesão alcançado ao final de 2014, de 87%, ainda permanece para este primeiro quadrimestre uma vez que as adesões ao PSE tem vigência de agosto de 2014 a novembro de 2015.
[5] N/I – não informado.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
Falciforme e outras Hemoglobinopatias.				
15. Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer.	Complexo Implantado (%)	14%	6,74%	2015.125H - Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCa
16. Implantar 187 Centrais de Regulação.	Central de Regulação implantada	43	03 Centrais implantadas no 1º quadrimestre de 2015.	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
17. Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	Unidade MEQ implantada	8	Não houve habilitação de nenhum laboratório como MEQ de janeiro a abril de 2015.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
18. Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.	Serviço implantado / ampliado	37 ampliações	Não houve nenhuma implantação de serviço como ampliação ou novo.	2015.8585 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0001)

Informações Adicionais

As inscrições para a terceira chamada do edital 2015 do **Programa Mais Médicos** começaram em março. Nesta etapa, 930 oportunidades foram disponibilizadas em 530 municípios e 10 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Ao todo, 4.362 candidatos puderam optar entre as cidades disponíveis. Os profissionais inscritos nesta chamada tiveram até o dia 27 de março para se apresentar aos municípios com documentação exigida em edital para começarem a atuar nos municípios a partir do dia 6 de abril.

Lançado, em março de 2015, o primeiro volume da publicação **"Protocolos de encaminhamentos da atenção básica para a atenção especializada"**, voltado à Endocrinologia e Nefrologia. A publicação destaca aspectos presentes no processo de encaminhamento de usuários para outros serviços especializados, abordados sob a forma de protocolos, que visam a aumentar a capacidade clínica e de cuidado das equipes de Atenção Básica e da articulação desta com outros pontos da rede de saúde. Tais protocolos deverão, ainda, fortalecer práticas de microrregulação nas unidades básicas de saúde (UBS). Mais do que isso, propiciam a comunicação entre UBS, centrais de regulação e serviços especializados, como a pactuação de fluxos e protocolos, apoio matricial presencial e/ou à distância.

Entre os dias 25 e 27 de março, ocorreu em Brasília, o **V Fórum Nacional de Gestão da Atenção Básica**, tendo como tema "Atenção Básica mais acessível, cuidadora e resolutiva". O evento reuniu convidados da gestão da Atenção Básica dos estados e capitais, departamentos do Ministério da Saúde, Conselhos de Saúde e Universidades parceiras. A programação do V Fórum Nacional de Gestão da Atenção Básica seguiu com mesas redondas e grupos de trabalho que abordaram movimentos possíveis a partir dos resultados do PMAQ, passos e estratégias para a implantação do e-SUS AB, além da temática central do evento, abrindo diálogo e escuta qualificada sobre os temas em debate.

O número de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal apurado no Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas, refere-se ao número de equipes implantadas/em funcionamento, que equivale às equipes cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em situação regular de funcionamento.

Essas equipes têm seu funcionamento monitorado periodicamente através do acompanhamento de seu cadastro no CNES, e também, dos sistemas de informação da atenção básica- SIAB e e-SUS AB. Além do acompanhamento feito via sistemas de informação, o Ministério da Saúde também acompanha as condições de funcionamento das equipes, através da verificação de situações sinalizadas por denúncias provenientes de órgãos de controle externo e outros atores. Tais denúncias são apuradas através de articulação com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e se as irregularidades são atestadas, ocorre a suspensão das equipes, tal como previsto nesse trecho da Política Nacional de Atenção Básica (Portaria 2.488/2011), que menciona também a suspensão realizada quando não ocorre a alimentação regular dos sistemas de informação da atenção básica:

"Sobre a suspensão do repasse dos recursos referentes ao item D" (implantação de estratégias e programas prioritários – PAB-Variável)

O Ministério da Saúde suspenderá os repasses dos incentivos referentes às equipes e aos serviços citados acima, nos casos em que forem constatadas, por meio do monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde ou por auditoria do DENASUS ou dos órgãos de controle competentes, qualquer uma das seguintes situações:

I - inexistência de unidade básica de saúde cadastrada para o trabalho das equipes e/ou;

II - ausência, por um período superior a 60 dias, de qualquer um dos profissionais que compõem as equipes descritas no item D, com exceção dos períodos em que a contratação de profissionais esteja impedida por legislação específica, e/ou;

III - descumprimento da carga horária mínima prevista para os profissionais das equipes; e

IV - ausência de alimentação de dados no Sistema de Informação definidos pelo Ministério da saúde que comprovem o início de suas atividades.

Com isso, as equipes de agentes comunitários de saúde, de saúde da família e de saúde bucal, são suspensas mediante observação de irregularidades e/ou ausência de informações das equipes nos sistemas de informações da atenção básica.

Tais suspensões geram decréscimo no número de equipes regulares, mas, mediante notificação dada aos gestores e implementação- pelos mesmos- de medidas corretivas das irregularidades observadas, as equipes têm seu funcionamento regularizado. É concedido também a todos os gestores a possibilidade de solicitar recursos retroativos e justificar as eventuais irregularidades.

Portanto, em dezembro de 2014, os números apurados para agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal eram, respectivamente, 265.698, 39.228 e 24.279. Como exemplo das medidas adotadas mediante verificação de irregularidades de funcionamento das equipes, em maio desse ano foi publicada Portaria de suspensão de equipes- Portaria Nº 586, de 20 de Maio de 2015- que não alimentaram os sistemas de informação da atenção básica por três competências consecutivas. Somente por essa irregularidade, registrou-se a suspensão de 893 equipes de saúde da família e 482 equipes de saúde bucal.

Tais aspectos justificam o decréscimo observado no número absoluto de equipes, ainda que se possa ressaltar que, todas as medidas de suspensão, são acompanhadas de intervenções de apoio às gestões estadual e municipal, para que os problemas encontrados sejam contornados, e as equipes voltem a entrar em funcionamento normal, visando o atendimento de toda população brasileira. Por essa razão, o decréscimo observado é de natureza reversível e pode ser compreendido como temporário.

Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência, os cuidados necessários e o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas UPAS, é necessária à qualificação das unidades de prontos socorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	Ambulância adquirida	500[6]	106	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar (PO 0005)
2. Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015	Central de Regulação do SAMU implantada/ expandida	8	0	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
3. Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015	Unidade de atenção especializada estruturada	Meta alcançada	-	-

[6] 2.351 novas unidades foram adquiridas de 2012 a 2014, sendo 421 novas ambulâncias entregues no em 2014. Para 2015, há expectativa de aquisição de mais 500 unidades.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015 [7]	Leito hospitalar implantado	540	0	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
5. Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	UPA em funcionamento	110	9	2015.12L4 - Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA

[7] Após a avaliação do PPA de 2013 foram considerados apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), excluindo os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

Informações Adicionais

A partir de abril de 2015, com o objetivo de informatizar, padronizar e dar maior agilidade aos processos de solicitação de habilitação de UTI, estes deverão ser solicitados por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS).

O sistema SAIPS foi instituído pela Portaria SAS/MS Nº 281 GM/MS, de 27/02/2014. Após a publicação da portaria mencionada, foram capacitadas as equipes e desenvolvidos os requisitos específicos de cada área técnica. Atualmente já foi finalizada a construção do sistema e capacitação da equipe para atender aos pedidos de habilitação de UTI.

Assim, toda a documentação necessária à habilitação de UTI deverá ser enviada pelo SAIPS, e a documentação física armazenada no próprio município, conforme Portaria nº 1.954, de 06/09/2013.

O sítio para acessar o SAIPS é http://saips.saude.gov.br. Antes de cadastrar a proposta para solicitação de habilitação, é importante os solicitantes lerem o manual disponível no link http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/585-sas-raiz/saips/l1-saips/10617-manuais. Neste link há manuais que orientam o cadastro do gestor e a forma como os documentos solicitados devem ser inseridos.

Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

A implementação dessa diretriz organiza-se a partir do desenvolvimento da "Rede Cegonha" (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.

Há também ênfase ao tratamento oncológico, por meio de incentivos à renovação dos equipamentos de alta voltagem, da implementação de centros de diagnóstico do câncer de colo de útero e unidade de diagnóstico do câncer de mama, além da qualificação desses pontos de atenção para aprimoramento dos exames realizados.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Maternidade com ambiência adequada	50	Três adequações de ambiência de maternidade concluídas no 1º quadrimestre 2015.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
2. Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.	Serviço habilitado	60	Nenhum serviço foi habilitado no 1º quadrimestre 2015.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
3. Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	Leito de UTI neonatal implantado	226	24 Leitos de UTI neonatal implantados no ano de 2015.	
4. Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.	CGBP implantada	7	Nenhuma CGBP implantada no 1º quadrimestre 2015.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
5. Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.	Centro de parto normal implantado	14	1 CPN implantado no 1º quadrimestre 2015.	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
6. Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.	Parteira capacitada	120	92 parteiras qualificadas no 1º quadrimestre de 2015.	2015.8762 - Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo
7. Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015.	Leito adicional de UCI custeado	1.436	115 Leitos UCI novos custeados no ano, totalizando 1.655 no período 2011 a 2015	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
8. Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Mamografia realizada	5.058.997	De janeiro a março de 2015 foram realizadas 503.944 mamografias para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
9. Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Exame citopatológico realizado	10.953.072	De janeiro a março de 2015 foram realizados 1.342.611 exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos.	
10. Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de municípios com teste disponibilizado	60%	5.488 (98%) municípios com 1 ou 2 repasses de incentivos para novos exames de pré-natal, que inclui a eletroforese de hemoglobina.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
11. Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de gestantes com teste realizado	50%	34.585 (1%) gestantes com teste rápido de sífilis registrados no ano.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
12. Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.	Serviço de referência implantado	45	01 (um) serviço iniciou o funcionamento como unidade de referência para o diagnóstico do câncer de mama de janeiro a abril de 2015.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
13. Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.	Serviço de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras implantado	6	Não houve implantação de nenhuma unidade de referência para o diagnóstico e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero de janeiro a abril de 2015.	
14. 3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.	Município realizando suplementação	3.034	Em 2015, 191 municípios solicitaram adesão ao programa. Assim, participam do programa em 2015, 3.582 municípios.	2015.8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
15. 60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.	Equipe de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso nas UBS (%)	60%	O monitoramento está sendo realizado semestralmente. Informações do dia 30/03/2015, mostram que 597 municípios (10,7%) de todo o país realizam o acompanhamento do medicamento "SULFATO FERROSO (25MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 125 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML ELENCO ESTADUAL" por meio do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - Hórus.	
16. Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	70	64,2% dos óbitos ocorridos em 2014	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
17. Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.	Proporção de óbitos maternos investigados	85	78,8% dos óbitos ocorridos em 2014	
18. Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	85	78,1% dos óbitos ocorridos em 2014	

Informações Adicionais

A estratégia Rede Cegonha contou com vários avanços no período 2011 a 2015. Todos os Estados já aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional (PAR), 11 estados se encontram com 100% das Regiões de Saúde com PAR.

Até 2015 foram criados 2.744 novos leitos neonatais, sendo 1.089 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 1.655 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN), e 4.718 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal (2.499 UTIN e 2.219 UCIN).

Atualmente, o Brasil conta com mais de sete mil e quatrocentos leitos de UTI e UCI Neonatal.

Quanto à qualificação do cuidado ao recém-nascido de risco, a incorporação do Palivizumabe no SUS em 2014: 8.000 prematuros protegidos contra internação e morte por infecção respiratória.

Para promoção do Aleitamento Materno, 128 salas de apoio à amamentação foram implantadas, no âmbito da Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta.

Como parte das ações em comemoração ao Dia Mundial de Doação de Leite Humano, o Ministério da Saúde lançou, dia 20 de maio de 2015, em Brasília, campanha nacional para incentivar a doação, que tem como tema "Seja doadora de leite materno e faça a diferença na vida de muitas crianças",

Ainda no âmbito da Saúde da Criança, 17 serviços foram habilitados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC). O contato pele a pele aumentou de 45% para 60% entre 2011 a 2014 nos serviços habilitados IHAC.

No período diversos processos formativos foram realizados, contato com a participação de aproximadamente 29.898 profissionais, nas seguintes temáticas:

- Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento
- Acolhimento e Classificação de Risco em Obstetrícia
- Urgências obstétricas - ALSO
- Enfermagem obstétrica: residência, especialização e aprimoramento
- Aconselhamento em planejamento reprodutivo
- Atenção humanizada ao abortamento: 10 serviços
- Atenção à violência sexual e interrupção legal da gestação: 30 hospitais de ensino
- Residência em pediatria, neonatologia e medicina intensiva pediátrica
- Matriciamento em boas práticas de atenção ao RN: 87 serviços
- Reanimação neonatal
- AIDPI para equipes de saúde indígena e formação de multiplicadores em todas UF
- Urgências e emergências pediátricas
- Qualificação das visitas domiciliares da AB com foco no desenvolvimento na primeira infância
- Método Canguru para qualificação do atendimento do RN prematuro na AB
- Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: 1043 UBS e primeiras turmas do EAD
- Oficinas de troca de saberes e práticas para parteiras tradicionais, recebendo o KIT parteira

Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015.	Novo beneficiado com o Programa "De Volta para Casa"	95	De janeiro a abril de 2015 foram alcançados 27 novos beneficiários.	2015.20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
2. Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.	Leito implantado / qualificado	270	Não foram habilitados novos. Até abril de 2015 estavam habilitados 858[8] leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade
3. Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.	CAPS implantado/ implementado	120	Não foram implantados novos CAPS no período.	2015.20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental
4. Implantar e implementar 641 Unidades de Acolhimento até 2015.	UA implantadas/ implementadas	70	Não houve implantações de UA de janeiro a abril de 2015.	
5. Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.	Consultório na Rua implantado	162	De janeiro a abril de 2015 foram implantados 14 Consultórios na Rua.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família

[8] Por **serviços habilitados** entendem-se aqueles que foram publicados em portaria específica, e realizam procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). O termo implantado teria o mesmo sentido de habilitado. Por **serviço em funcionamento** entendem-se aqueles que funcionam de acordo com normatização vigente, mas que ainda não foram habilitados.

Informações Adicionais

Como resultado da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), temos:

- 2.209 CAPS habilitados até abril de 2015 (dado cumulativo);

- 69 CAPS AD III habilitados;

- 34 Unidades de Acolhimento Adulto/CAT em funcionamento (21 destas habilitadas);

- 27 Unidades de Acolhimento Infanto Juvenil/CATi em funcionamento (13 destas habilitadas);

- 289 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) habilitadas;

- Seis planos de ação da RAPS publicados em portaria (Minas Gerais, Maranhão, Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Roraima).

Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

A diretriz cinco reforça a necessidade de que as ações voltadas às pessoas idosas ampliem, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo, além da pessoa idosa, seus familiares e comunidade. A construção de um Modelo de atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa visa dispor sobre a organização do cuidado ofertado nos territórios, além de investir na formação/atualização de gestores, profissionais e cuidadores, quanto ao tema, qualificando a atenção ofertada nos diferentes pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS), melhorando também, a acessibilidade e o acolhimento. Além das ações de atenção, o modelo enfatiza a importância de investir em ações de promoção e prevenção, tendo o envelhecimento ativo como uma de suas diretrizes. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência, bem como a ampliação e estruturação de ações e serviços para identificação e diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação às pessoas com agravos neuropsíquicos e deficiências, em conformidade com o processo de implantação da rede de cuidados às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Viver Sem Limites.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.	Profissional capacitado	1.000	**0**	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
2. Implantar 45 Centros Especializados em Reabilitação até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Centro Especializado em Reabilitação em funcionamento	Meta alcançada[9]	-	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
3. Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014,	Oficina Ortopédica implantada	Meta alcançada[10]	-	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

[9] Até abril de 2015 há 24 CER habilitados.
[10] A entrega dos equipamentos de oficinas ortopédicas fluviais está prevista para setembro/outubro de 2015.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
no âmbito do Programa Viver sem Limites.				
4. Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Fase IV Implantadas em todas as Unidades da Federação	Meta alcançada	-	-
5. Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.	CEO qualificado	Meta alcançada	-	-
6. Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.	Caderneta distribuída	3.672.000	**0**	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
7. Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.	Inquérito realizado	1	Pesquisa está em andamento.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0005)

Informações Adicionais

O Inquérito Telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para 2014 (Vigitel/2014) foi realizado conforme planejado e o relatório foi elaborado e consolidado entre janeiro e fevereiro de 2015. O lançamento dos primeiros resultados da pesquisa foi em maio de 2015 com dados de sobrepeso, obesidade, alimentação, atividade física e colesterol alto e ainda, a divulgação dos dados de hipertensão. Ainda no final do mesmo mês, os dados relacionados ao tabagismo serão lançados. O relatório completo será disponibilizado impresso assim que todos os resultados forem lançados.

Quanto ao Vigitel 2015, a pesquisa está em andamento. As empresas Telefônica, GVT e Oi disponibilizaram os números de telefone com endereço para que fosse feita a seleção da amostra para a pesquisa em 2015. O questionário foi revisado e a licitação finalizada para contratação de empresa que realizará as entrevistas telefônicas. O treinamento com os entrevistadores foi realizado em 18 e 19 de maio e as ligações começaram a ser feitas ainda na semana do treinamento para testar o questionário revisado.

Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Os cuidados preconizados nessa diretriz terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena menor de 7 anos até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde.	Cobertura vacinal ampliada (%)	80	77,6	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena)
2. Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitário Especial Indígena.	DSEI inseridos nos COAP assinados	7	0	
3. Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015.	DSEI inserido nos planos de ação da Rede Cegonha nos estados em que os planos estão elaborados.	14	16	
4. Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas.	Sistema de abastecimento de água implantado	220	0	2065.7684 – Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
5. Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI reformada / ampliada	10	0	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
6. Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI implantada	3	0	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. 5ª Conferência de Saúde Indígena realizada em 2013.	Conferência realizada	Meta alcançada		-

Informações Adicionais

A Secretaria Especial de Saúde Indígena realizou até abril de 2015 as seguintes ações:

- Realizada Oficina de Planejamento da SESAI em 9 e 10 de abril com 34 participantes. O momento foi de balanço do trabalho nos últimos quatro anos, avaliação das estratégias em curso e definição de novos objetivos para avançar na atenção à saúde indígena.
- Realizada a 32ª Expedição dos Expedicionários da Saúde entre os dias 27/03/2015 a 04/04/2015, no DSEI – Médio Rio Solimões e Afluentes. O Programa Operando na Amazônia atendeu 182 aldeias com uma população de aproximadamente 21.508 indígenas. Durante a 32ª Expedição tivemos a participação de aproximadamente 160 profissionais voluntários, entre DSEI, SESAI, Expedicionários, Prefeitura Municipal de Tefé e indígenas moradores da Aldeia Barreira de Baixo. Foram realizadas na 32ª Expedição na Amazônia, um total de 290 cirurgias, 3.031 consultas médicas e odontológicas e 4.314 exames e procedimentos.
- Abertas 35 novas vagas de médicos para a saúde indígena pelo Edital 01/2015 de provimento de Profissionais na Atenção Básica – Projeto Mais Médicos. Foram inseridos de janeiro a abril 11 profissionais CRM Brasil, somando um total de 315 profissionais médicos nos DSEI inseridos pelos programas. As outras 24 vagas serão preenchidas por profissionais brasileiros formados no exterior e intercambistas que iniciarão o trabalho após o curso introdutório do projeto Mais Médico. O programa prevê no seu componente pedagógico o processo de supervisão acadêmica e de especialização.
- Iniciada em abril (25), uma força-tarefa envolvendo 2.867 profissionais, em todas as regiões do país, a missão de imunizar cerca de 120 mil indígenas aldeados de todos os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). A ação além de ofertar novas vacinas incluídas no Programa Nacional de Imunização, também serviu para a atualização da carteira de vacinação da população aldeada. Para isso serão disponibilizadas mais de 183 mil doses de vacina até o dia 25 de maio, fim da campanha.
- Realizada capacitações da estratégias AIDPI em seis distritos, (Vilhena, Litoral Sul, Interior Sul, Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus e Bahia), totalizando 119 profissionais capacitados.
- Realizada visitas técnicas aos DSEI Yanomami, Alto Rio Negro e Araguaia.
- Realizada reunião Nacional de avaliação e planejamento das ações de imunização em áreas indígenas com participação de representantes de todos os DSEI.
- Apoio a realização da capacitação do SISVAN no DSEI Maranhão.
- Realizada capacitação dos profissionais do DSEI Maranhão em manejo de surtos epidemiológicos em parceria com a SVS.
- Realizada a Primeira Turma do Curso de Capacitação da Saúde da Mulher Indígena em parceria com a SAS, para 30 profissionais, em Goiânia.
- Realizado Apoio técnico com visita aos Distritos Sanitários Indígenas Kaiapó do Mato Grosso, Tocantins, Parintins, Alto Rio Negro, Xingu, Interior Sul, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Cuiabá e Altamira para dar apoio técnico no que tange a gestão e acompanhamento dos contratos de obras.
- Na área do Controle Social foram realizadas 110 reuniões sendo:14 reuniões dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), 94 dos Conselhos Locais de Saúde

Indígena e 2 do Fórum dos Presidentes do CONDISI. Foram capacitados 135 conselheiros de saúde indígena em 9 capacitações realizadas. Realizou-se também o "Seminário de aprimoramento da Gestão da Saúde Indígena: SESAI e INSI" participaram presidentes, vice presidentes de CONDISI e lideranças indígenas.

Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Esta diretriz objetiva o controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Dentro das ações de promoção da saúde, incluem-se a promoção da alimentação saudável operacionalizada por meio do desenvolvimento de ações e abordagens para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição e a prática de atividade física, por meio do Programa Academia da Saúde, contribuindo para melhor qualidade de vida da população.

Nessa diretriz também estão previstas metas para a estruturação de medidas de saneamento com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.	Nova cultura agrícola analisada	Meta alcançada	-	-
2. Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Comunidade apoiada	290	248	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
3. Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Município apoiado	432	150	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
4. Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento.	Município apoiado	250	Sem resultado no 1º quadrimestre.	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Hab.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
5. Apoiar 1.500 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento, com ênfase na elaboração de planos municipais de saneamento básico.	Município com capacitação na gestão dos serviços de saneamento apoiado	215	Sem resultado no 1º quadrimestre.	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Hab.
6. Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.	Obra de saneamento implantada	165	Encontra-se em fase de definição as comunidades quilombolas a serem beneficiadas em 2015.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
7. Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.	Obra de saneamento implantada	350	Meta alcançada[11]. Não há previsão de metas para 2015.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
8. Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.	Município beneficiado	264	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento	2068.10GG –Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Hab.
9. Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.	Município beneficiado	136	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
10. Contratar 2.703 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, para apoio à execução de intervenções nestes âmbitos, em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade insatisfatória.	Projeto de engenharia contratado	388	Não houve novas contratações de projetos de engenharia.	2068.10GD – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes; 10GE – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Hab.

[11] Devido a uma correção na apuração das metas anuais do PPA, obteve-se como resultado acumulado no período de 2012 a 2014 a contratação de obras de saneamento (sistemas de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares e cisternas) para o total de 1.493 comunidades rurais, ou seja 199% da meta prevista no PPA 2012-2015 para Comunidades Rurais.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
11. Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Município beneficiado	34	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento	2015.3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
12. Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).	Percentual de Cobertura	35	Em processo de fechamento da cobertura do Sisvan de 2014, observa-se cobertura populacional de 11,5%, o que corresponde ao acompanhamento de mais de 22 milhões de pessoas nos serviços de atenção básica de todo o país.	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
13. Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados.	Redução do teor de sódio e açúcar nas categorias prioritárias pactuado (%)	Meta alcançada	O monitoramento do Plano de Redução do Sódio se dá por categorias de alimentos. Considerando a avaliação das categorias prioritárias presentes no 2º Termo de Compromisso avaliadas em 2015, todas apresentaram mais de 95% de adequação, ou seja, 99% do total de produtos atingiram a meta pactuada para 2012. Em relação à redução dos teores de açúcar nos alimentos, primeiramente está sendo realizado o levantamento das categorias prioritárias e os aspectos tecnológicos junto às indústrias de alimentos para a diminuição da composição desse nutriente em alimentos processados.	-
14. Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.	UF com 93% de confirmação sorologica dos casos de Hepatite C	27	27[12]	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
15. Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.	Taxa de Incidência de Aids reduzida	18,9/100.000 hab.	As informações de 2015 serão divulgadas em 2016. A taxa de detecção, em 2013, foi de 20,4 (por 100 mil/hab).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001); 2015.20AC - Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/Aids e outras DST
16. Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.	UF com percentual de óbitos com causa básica definida	27	24 UF apresentaram ao menos 90% das investigações de óbitos com causa básica definida. A média nacional está em 93,5%.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)

[12] Meta alcançada.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
17. Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/ pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.	Percentual dos municípios com 95% da cobertura vacinal de pentavalente	70%	Dados fechados em abril de 2015, referente ao ano de 2014, demonstraram que 61% dos municípios do país apresentaram cobertura da vacina pentavalente em menores de 01 ano maior ou igual a 95%.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002) 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002)
18. Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.	Número de Centrais de Rede de Frio apoiadas financeiramente	30	No primeiro quadrimestre de 2015, não houve novos apoios.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
19. Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera ampliado	85%	O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados em 2014 será apurado em 2015.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0006) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
20. Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.	Incidência parasitária anual de malária	9,45	O IPA de 2015 será apurado em 2016.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0008) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
21. Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.	Coeficiente anual de prevalência da hanseníase reduzido	1,4/10.000 hab.	Os dados do coeficiente de prevalência de 2015 serão consolidados em 2016.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0007) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
22. Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.	Percentual de redução do número de óbitos por dengue (com relação a 2013) (Número de óbitos por dengue)	50% (328)	Até a Semana Epidemiológica 18 correspondente ao período de 04/01/2015 a 09/05/2015, foram confirmados 290 óbitos.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0009)
23. Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador	Percentual de Cerest desenvolvendo ações	100	Levantamento realizado em janeiro de 2015, aponta que 62,2% dos Cerest desenvolvem ações de vigilância em	-

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
(Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.	programadas de vigilância em saúde do trabalhador		saúde do trabalhador.	
24. Ampliar a Renast, com a instalação de 10 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural .	Cerest voltado prioritariamente para a população trabalhadora rural habilitado	Meta alcançada	-	-
25. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	70%	10,2% (74.687 análises).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
26. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez	70%	10,3% (75.298 análises).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
27. Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.	UF com Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxico (VSPEA) implantada	27	25 UFs e DF implantaram a vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos (VSPEA).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
28. Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.	Proporção de municípios prioritários realizando notificação dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Sinan	100%	52% (324 dos 627) dos municípios prioritários notificaram caso de intoxicação exógena por agrotóxicos.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
29. Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras	Unidades de saúde com notificação da violência doméstica,	12.200	Em apuração.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.	sexual e/ou outras violências implantada			aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
30. Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.	UF com Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde apoiado	27	Em apuração.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
31. Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.	Lacen com técnicas de biologia molecular implantadas	27	Atualmente, 15 Estados implantaram a técnica de biologia molecular para pelo menos um dos três agravos, a saber: Dengue (07 Estados): CE, GO, PE, SP, MG, RS e RJ; Meningites (04 Estados): SP, PR, CE e MG; Influenza (15 Estados): RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, PI, PE, CE, GO, MS, AM e AC.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
32. Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina DTPa em gestantes (%)	95%	Atualmente, a cobertura vacinal da dTpa está em 45,32% (janeiro a abril de 2015). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação. Destaca-se que a vacina dTpa foi implantada em novembro.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
33. Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina Hepatite A em crianças de 1 ano (%)	95%	Atualmente, a cobertura vacinal da Hepatite A está em 89,64% (janeiro a abril de 2015). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação. Destaca-se que a implantação da vacina Hepatite A foi iniciada em julho.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
34. Introduzir a vacina tetra viral (sarampo, rubéola, caxumba e varicela) no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano de idade (a partir de 1 ano e 3 meses), alcançando a cobertura de 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina tetra viral em crianças de 1 ano e 3 meses (%)	95%	Atualmente, a cobertura vacinal da Tetra viral (Varicela) está em 60,08% (janeiro a abril de 2015). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
35. Implantar as academias de saúde, chegando a 4.000 unidades em 2015.	Polo de Academia da Saúde habilitado	Meta alcançada	-	-

Informações Adicionais

O Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti (LIRAa), divulgado no dia 12 de março demonstra que 340 municípios brasileiros estão em situação de risco para a ocorrência de epidemias e 877 estão em alerta. Os dados revelam ainda, que outras 627 cidades apresentam índice satisfatório. No total, 1.844 municípios brasileiros realizaram o levantamento, entre janeiro e fevereiro de 2015, um aumento de 26,38% em relação aos participantes de 2014. No ano passado, 1.459 municípios fizeram a pesquisa no mesmo período do ano. O LIRAa é considerado um instrumento fundamental para orientar as ações de controle da dengue e chikungunya. O levantamento identifica os bairros onde estão concentrados os focos de reprodução do mosquito transmissor das doenças e os tipos de recipientes com água parada, que servem de criadouros mais comuns.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu, em março, o registro do medicamento Sofosbuvir, indicado para o tratamento da hepatite C crônica. Este é o terceiro medicamento aprovado pela agência em 2015, após o registro do Daclatasvir – em janeiro –, e do Simeprevir – também em março. Juntos, eles compõem um novo e eficiente tratamento para a doença disponível no mundo, com um percentual de cura de cerca de 90%. A expectativa é que os medicamentos sejam disponibilizados no Sistema Único de Saúde (SUS) até o final deste ano. O Brasil será um dos primeiros países a adotar as novas tecnologias na rede pública de saúde.

As novas opções terapêuticas proporcionam tempo reduzido de tratamento – de um ano, em média, para três meses –, redução da quantidade de comprimidos, além da vantagem de serem de uso oral. A expectativa é que o novo tratamento beneficie 60 mil pessoas nos próximos dois anos. O medicamento Sofosbuvir foi aprovado pela Anvisa na forma farmacêutica comprimido e concentração de 400mg. A concessão do registro permite que o medicamento seja comercializado no Brasil.

Como parte das ações que marcam o Dia Mundial de Luta contra a Hanseníase, o Ministério da Saúde lançou, em janeiro, a campanha publicitária para conscientização da população sobre a doença. Com o mote, “Hanseníase: quanto antes você descobrir, mais cedo vai se curar”, a ação tem como foco o diagnóstico precoce da doença e a divulgação do tratamento que é ofertado de graça no Sistema Único de Saúde (SUS). A doença é considerada endêmica em todo o país, com maior incidência em cinco estados: Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Pernambuco. O Ministério da Saúde recomenda que as pessoas procurem o serviço de saúde ao aparecimento de manchas, de qualquer cor, em qualquer parte do corpo, principalmente se essa mancha apresentar diminuição de sensibilidade ao calor e ao toque. Após iniciado o tratamento a pessoa para de transmitir a doença quase que imediatamente.

Realizadas videoconferências com gestores estaduais, do DF e capitais em 20/02 e 27/03 sobre os temas da Promoção da Saúde e Vigilância de Violências. Elaborado relatório sobre o perfil dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde. Encontra-se em construção o espaço de comunicação corporativa para a Rede Viva Paz cujo objetivo é ampliar a comunicação e troca de experiências entre as três esferas de gestão. E ainda, foi realizada em abril de 2015 uma oficina para conclusão do instrutivo para preenchimento da ficha de notificação de violências interpessoais e autoprovocadas.

Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Esta diretriz consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política Nacional de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção. Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consistirá na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio do programa "Farmácia Popular do Brasil", com foco em sua expansão nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Além disso, de acordo com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cujo objetivo é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, desde 2007 é disponibilizado medicamentos fitoterápicos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Resultados esperados na PAS em 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	U.I de fator VIII per capita e U.I de fator IX per capita disponibilizados	3UI fator VIII e 0,8 UI de fator IX	Foram disponibilizados 0,19 UI's Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos CAIES/MS e Hemobrás e 0,22 UI's Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no CAIES/MS e na Hemobrás.	2015.4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
2. Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 1.614 municípios até 2015.	Município do Mapa da Extrema Pobreza com ao menos uma farmácia/drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil.	75	20[13]	2015.20YR - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - GRATUIDADE; 20YS - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - CO - PAGAMENTO
3. Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	Medicamento fitoterápico inserido no elenco da Assistência Farmacêutica básica.	16	Contratados pesquisadores para elaborar monografias de espécies da Renisus. Estão sendo elaborados 17 pareceres sobre eficácia e segurança de plantas medicinais de interesse ao SUS (espécies da Renisus) para subsidiar decisão da Conitec. Versões preliminares dos pareceres sugerem: inclusão de 5 novos fitoterápicos na Rename, exclusão de 2 e manutenção de 10. Assim, a perspectiva é que a Rename 2016 contemple 15fitoterápicos.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

[13] Em 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 municípios do BSM abrangidos pelo Programa. Portanto, o acumulado até o 1º quadrimestre de 2015 alcança 1.610 municípios.

Informações Adicionais

No que se refere a ampliação a cobertura do Programa Farmácia Popular, a estratégia atual é credenciar as farmácias localizadas nos municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM) que ainda não são abrangidos pelo Programa. O mapeamento desses municípios segue o realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. De forma a agilizar o cadastramento, que é realizado pela Caixa Econômica Federal, foi concluído a adequação do sistema de credenciamento (SIFAP) para a realização desse procedimento. Essa adequação facilitou o credenciamento das farmácias e drogarias, sendo observado crescimento no número de municípios em relação ao mês de março/2015.

Para ampliação do elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, a última relação nacional de medicamentos (RENAME) publicada no ano de 2014 apresenta 12 fitoterápicos no elenco. Para subsidiar futuras incorporações de fitoterápicos, o MS publicou um edital no ano de 2014 para fomentar o desenvolvimento de monografias, de instituições de ensino superior, para desenvolver estudos de espécies vegetais que constam da Relação Nacional de Plantas Medicinais de interesse ao SUS (Renisus). Neste contexto, em 2015, estão sendo elaborados pareceres sobre eficácia e segurança de plantas medicinais de interesse ao SUS (espécies da Renisus) para subsidiar decisão da Conitec.. Com a seleção, será possível avaliar eficácia e segurança de plantas medicinais nativas ou exóticas adaptadas a serem incorporadas na nova RENAME, prevista para o ano de 2016.

Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Esta diretriz tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com a protagonização do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, aumentando em 4 vezes o número de AIHs com processos concluídos até 2015.	AIH com processo concluído	474.800	Foram concluídos os processos de 35.313 AIHs de janeiro a abril de 2015, alcançando, de forma acumulada, 899.456 AIHs desde 2012.	2015.4339 - 2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar
2. Operacionalizar 90% dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais.	Percentual dos acordos operacionalizados	90%	69%	

Informações Adicionais

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está aprimorando e ampliando o acesso dos consumidores às informações sobre os diferentes tipos de planos de saúde que são comercializados no país. Resolução publicada no dia 29 de abril de 2015 determina que as operadoras informem aos seus beneficiários sobre as principais características dos planos coletivo empresarial, coletivo por adesão e individual ou familiar, para que não haja dúvida sobre o produto contratado. Os esclarecimentos serão prestados aos consumidores que já têm planos e também aos novos beneficiários, no momento da contratação.

A norma faz parte da atualização da lista básica de informações que devem ser prestadas pelas empresas aos consumidores. Passará a valer a partir de janeiro de 2016, juntamente com as demais determinações estabelecidas pela Resolução Normativa nº 360. A medida se soma a um conjunto de medidas para a identificação dos beneficiários, tais como o registro da operadora, número do Cartão SUS, tipo de acomodação, abrangência geográfica e todos os outros itens do produto adquirido.

O meio de disponibilização das informações pode ser físico, com impressão em qualquer material, ou digital, em uma área do portal da operadora com acesso exclusivo para o cliente, além do uso de aplicativos, tablets e celulares.

Do total de órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, há 52 parcerias com os Núcleos da ANS, em todas as regiões do País. Desse total, há 36 projetos sendo operacionalizados, correspondendo a 69%.

As atividades de operacionalização envolvem eventos de capacitação; troca de informações, entendimentos e apoio à tomada de decisões e compartilhamento de fluxos de trabalho que agilizem a solução das demandas dos beneficiários.

Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS

Esta diretriz será implementada em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia. (FIOCRUZ)	Fases dos estudos clínicos acompanhadas.	2	Em apuração.	2015.8315 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
2. Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.	Plasma disponibilizado (litros)	150.000	30.896 litros de plasma.	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
3. Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.	% da Construção Concluída	65%	48,2%	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
4. Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.	Produção local integrada	50%	34%	2055.8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
5. Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.	Percentual de produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas	60%	28%	2055.20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde
6. Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	1	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
8. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	2	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
9. Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.	Teste clínico apoiado	Meta alcançada	-	-
10. Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.	Estudo nacional realizado	100	Meta alcançada em 2014, sem previsão de fomentar novas pesquisas para 2015.	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS

Informações Adicionais

No que se refere a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, mantém-se o percentual de 34% na participação dos produtos adquiridos via Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP). As aquisições já realizadas em 2015 não comprometem, ainda, o aumento neste percentual.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PROGENÉRICOS), a participação dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro corresponde a 28% (Fonte: IMS Health, Abril/2014). Ainda não houve apuração em 2015.

Em atendimento a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, os medicamentos tuberculostáticos 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida) e 2 em 1 (tenofovir + lamivudina), objetos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmadas com Farmanguinhos, obtiveram registro sanitário pela instituição pública em 2014, estando aptos para produção pelos parceiros. A primeira aquisição no âmbito da PDP do produto 2 em 1 ocorreu em novembro de 2014, atendendo a demanda do Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Outro produto objeto de desenvolvimento próprio de Farmanguinhos/Fiocruz obteve registro publicado em 29/09/2014 para o produto rifampicina (150mg) + isoniazida (300 mg), não se tratando porém de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo.

Em atendimento a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais, o insumo farmacêutico ativo (IFA) antirretroviral (hepatite viral B) entecavir foi produzido nacionalmente no âmbito da PDP estabelecida entre Ministério da Saúde e FUNED, com parceiro privado Microbiológica. O medicamento entecavir encontra-se na fase de desenvolvimento pela FUNED e será iniciada a produção dos lotes piloto. O medicamento Tenofovir está sendo produzido nacionalmente por duas entidades privadas participantes de duas PDP, Blanver Farmoquímica e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos, responsáveis pela transferência de tecnologia para as instituições públicas FUNED e LAFEPE, respectivamente. No âmbito das PDP, de 2011 a 2014, as instituições têm atendido a demanda do produto do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais. Em 25/05/2015, o LAFEPE obteve a alteração pós registro de inclusão de local de fabricação do fármaco, sendo esta nacional pelo parceiro farmoquímico Cristália.

Em atendimento a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids, os medicamentos antirretrovirais tenofovir - objeto de duas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo firmadas com Funed e Lafepe -, tenofovir + lamivudina (2 em 1) - Farmanguinhos, Funed e Lafepe - e atazanavir - objeto de PDP firmada com Farmanguinhos – tiveram registro sanitário publicado em 2011, 2014 e 2014 respectivamente para as instituições

públicas FUNED e LAFEPE (tenofovir) e Farmanguinhos (2 em 1 e atazanavir) e tem atendido a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids, sendo o tenofovir e o 2 em 1 produzidos nacionalmente pelos parceiros privados, e todos encontram-se em processo de transferência de tecnologia para as instituições públicas. Outros três medicamentos para o Programa DST/Aids, objetos de PDP, encontram-se em fase de desenvolvimento: entecavir (Funed), ritonavir (Lafepe), tenofovir + lamivudina + efavirenz (3 em 1) (Farmanguinhos, Funed e Lafepe).

Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.	Profissional capacitado	1.800	51 profissionais capacitados no Sistema Nacional de Regulação-SISREG.	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
2. Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.	Bolsa disponibilizada pelo Pró-Residência	6.600	5.588 novos profissionais ingressaram no Programa de janeiro a abril de 2015. Sendo 3.967 para a Residência Médica e 1.621 para a Residência Multiprofissional.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0003)
3. Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/mês, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	Bolsa concedida por meio do PET-Saúde	Meta alcançada	-	-
4. Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.	Curso de graduação oferecido	Meta alcançada	-	-
5. Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.	Trabalhador qualificado	136.000	Em 2015, foram formados 41.366 alunos do Projeto Caminhos do Cuidado e 846 alunos de cursos desenvolvidos pelo Telessaúde, totalizando 42.212.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0002)
6. Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados.	Núcleo Estadual de Telessaúde implantado	1	Em 2015, não houve nova implantação de núcleo.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0004)

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidade desprovidos de atenção à saúde, até 2015.	Profissionais de saúde inseridos no PROVAB	3.500	Em 2015 há 2.460 profissionais ativos no Programa.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0005)
8. Apoiar a Implantação de 20 projetos de Planos de Careira, Cargos e Salários e de Desprecarização do Trabalho nas regiões, estados e municípios, até 2015.	Projetos apoiados	7	Em 2015 não houve novos apoios. 5 projetos serão apoiados esse ano. Desde 2012 já foram apoiados 13 projetos.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
9. Qualificar 6.000 gestores e trabalhadores, que atuam na gestão do trabalho, em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, nos estados e municípios, até 2015.	Gestores e trabalhadores qualificados	1.500	De janeiro a abril de 2015, não houve conclusões de qualificações. Entretanto, foram iniciados os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, em parceria com a UFRN e FIOCRUZ, sendo disponibilizadas 725 vagas. Até o final de 2014, foram qualificados 1.100 trabalhadores.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
10. Apoiar a Instalação de 35 novas Mesas Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e garantir o funcionamento das Mesas já instaladas, até 2015.	Mesas instaladas	7	Em 2015 foram instaladas 02 mesas, sendo elas a Mesa Municipal de Santarém - PA e Mesa Municipal de Boa Vista- RR.	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)

Informações Adicionais

O Ministério da Saúde tem apostado nas metodologias de Simulação como uma importante linha de trabalho para qualificar a formação de competências de alunos e profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), em colaboração com a Escola Andaluza de Saúde Pública (EASP) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), realizou em março, *2ª edição da Oficina de Formação em Competências e Simulação*, reforçando o número de profissionais comprometidos com o uso desta metodologia no Brasil.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília) acolheu esta nova edição, que contou com a participação de 25 profissionais de todo o país, entre docentes de diversas Instituições de Ensino, especialistas clínicos da rede e gestores ligados à área de Educação em Saúde. Esta edição contou, ainda, com a participação de representantes do INEP e do Ministério da Educação.

O evento chegou a Brasília após experiência-piloto realizada em novembro de 2014 na Unidade de Simulação da Prática Profissional em Saúde (USPPS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), durante a qual foram formados 25 profissionais que demonstraram alta satisfação com o curso. O encontro aconteceu no período de 23 a 27 de março de 2015 e desenvolveu diferentes atividades que trataram da elaboração de planos de formação baseados em simulação, incorporando metodologias de simulação cênica, simulação robótica e plataformas de formação à distância. Além disso, os alunos aprenderam construir estratégias de implantação e uso da simulação adaptadas a diferentes contextos. (Fonte: SGTES/DAGES/Portal da Saúde-24/mar).

Por meio de edital publicado no DOU do dia 02 de abril, o Governo Federal selecionou mais 22 municípios para a criação de cursos de Medicina em instituições particulares. Essas cidades estão em oito estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões com menor proporção de vagas de graduação e médicos por habitantes. A medida faz parte da estratégia do Programa Mais Médicos para o Brasil para ampliar a oferta do curso superior nas regiões que mais precisam.

As prefeituras interessadas tiveram que confirmar participação entre os dias 13 e 24 de abril de 2015, por meio da página do Ministério da Educação (http://simec.mec.gov.br). Esta foi a segunda seleção de municípios para abertura de cursos de Medicina desde o lançamento do Mais Médicos. Na primeira, realizada em 2014, 39 cidades de 11 estados tiveram cursos autorizados, com previsão de 2,4 mil novas vagas.

Com o objetivo de focar em municípios com maior escassez de médicos, o Governo Federal definiu algumas regras inovadoras em compararão com a seleção anterior. Nesta chamada, só foram pré-selecionadas cidades que se localizam em estados com relação de vagas em curso de medicina por 10 mil habitantes inferior a 1,34 e com índice de médicos a cada mil habitantes menor que 2,7. Também é necessário que o município esteja a pelo menos 75 quilômetros de qualquer curso de medicina existente.

Além desses requisitos, foram utilizados também outros critérios objetivos para a pré-seleção: não ser capital de estado; não ter curso de medicina; ter mais de 50 mil habitantes; e estar localizado em região com estrutura de saúde e de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde adequados para comportar a oferta de graduação em medicina.

Após a adesão dos municípios interessados, serão realizadas visitas técnicas in loco, entre 11 de maio a 26 de junho. A finalidade é verificar se a estrutura da rede de saúde local atende o mínimo necessário para comportar as atividades práticas do curso de medicina.

Para ser selecionado, o município precisa ter número de leitos do SUS por aluno igual ou maior a cinco; número de alunos por equipes de atenção básica menor ou igual a três; leitos de urgência e emergência ou pronto socorro; adesão ao PMAQ, programa de reestruturação de unidades básicas de saúde; centros de atenção psicossocial; hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de 80 leitos; e existência de, pelo menos, três programas de residência médica nas especialidades prioritárias (como Medicina Geral de Família e Comunidade), que podem ser abertos no primeiro ano de funcionamento do curso.

As cidades escolhidas farão parte do edital de seleção de instituições. Os municípios que não obtiverem conceito satisfatório na verificação presencial podem ser excluídos do processo ou ficar em lista de espera até solucionar as pendências. O resultado final, após as visitas e avaliações, será divulgado em 31 de julho.

Durante a 4ª Reunião Ordinária (RO) da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) de 2015, foi apresentado um balanço do Programa Mais Médicos e análise de perspectivas para sua ampliação ao longo dos próximos anos. Segundo dados da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), o 6º Ciclo do Programa selecionou 100% dos médicos brasileiros, formados em instituições do país ou do exterior, e cada trimestre abrirá edital de oferta para as vagas não preenchidas. A interiorização e o aumento do número de vagas nos cursos de medicina nas regiões Norte e Nordeste também marca um avanço para o Programa e para a garantia de acesso ao SUS por populações em localidades historicamente menos assistidas

Quanto a qualificação de gestores e trabalhadores que atuam na gestão do trabalho, em gestão do trabalho e educação em saúde, em 2015, foram iniciados os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, em parceria com a UFRN e FIOCRUZ, sendo disponibilizadas 725 vagas assim distribuídas: Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (480 vagas para a região norte) , e Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (245 vagas para os estados PE, PI, PR, RN, SC, SP, e TO).

Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde.	Conferência realizada	1	Realização de Plenárias Populares, preparátórias para a 15ª Conferência, nas cinco Regiões do País.	2015.5516 – Conferência Nacional de Saúde
2. Apoiar a construção do Plano de Educação Permanente do Controle Social nos 27 Conselhos Estaduais de Saúde.	Plano de Educação Permanente do Controle Social aprovado nos Conselhos Estaduais de Saúde. [14]	-	Em andamento	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
3. Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.	Pessoa capacitada.	20.000	216	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
4. Implementar 30 Comitês Temáticos de Promoção da Equidade para Populações	Comitê temático de promoção de equidade implementado.	6	Em andamento	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de

[14] A construção dos Planos de Educação Permanente é de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Saúde devendo seu processo ser regionalizado de acordo com a realidade local.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
Vulneráveis nos estados, até 2015.				Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0003).
5. Apoiar a inclusão de 100% dos Conselhos Municipais de Saúde nos SIACS.	Conselhos Municipais de Saúde cadastrados no SIACS (%).	100%	76,33%	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
6. Apoiar a incorporação de ações das políticas de promoção da equidade nos 27 Planos Estaduais de Saúde.	Planos estaduais de saúde incorporados com ações da política de promoção da equidade.	16	Em andamento	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade.
7. Integrar, até 2015, ao barramento de serviços do Cartão Nacional de Saúde, 28 sistemas de informação em saúde, consolidando a identificação dos usuários nas ações e serviços do SUS e o Registro Eletrônico de Saúde do cidadão.	Sistema integrado ao barramento de serviços de Cartão Nacional de Saúde.	8	15 sistemas integrados e consumindo serviços de consulta por nome do usuário e data de nascimento ou número do Cartão que retornam os demais dados constantes da base de dados do CADSUS WEB.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
8. Alcançar 150 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados até 2015.	Registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados.	150.000.000[15]	A base de dados do Cartão Nacional de Saúde está 100% higienizada e o processo de higienização é feito automático.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
9. Apoiar a implantação da conectividade e do e-SUS AB em 13.000 Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	Sistema e-SUS AB implantados nas Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	11.000	Em apuração	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).

[15] Serão realizados 15 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados no ano de 2015, totalizando assim, 150 milhões de registros.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
10. Disponibilizar webservice para integrar 100% das Centrais de Regulação de Urgência (SAMU) ao Cartão Nacional de Saúde.	Central de Regulação de Urgência integrada ao Cartão Nacional de Saúde.	25%	Em apuração	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
11. Apoiar a implantação do e-SUS Hospitalar em 50 hospitais públicos.	Sistema e-SUS Hospitalar implantados em hospitais públicos.	39	Webservice do SOS Emergências recebendo dados de forma automatizada pelos hospitais com o sistema e-SUS Hospitalar implantado (HMMG/RJ, IJF/CE,HGRS/BA). Seis hospitais aguardando implantação do sistema e-SUS Hospitalar para gerar os dados. (HT/PR, HWG/RN, JPII/RO, HGS/SE, HGC/AC, HE/AP).	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
12. Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 40% das Regiões de Saúde até 2015.	Região de saúde com contrato assinado.	50	0	2015.8287 - Aprimoramento, do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.

Informações Adicionais

Realizadas 05 Plenárias Regionais Populares Mobilizadoras para a 15ª Conferência Nacional de Saúde:

- ✓ A Plenária Regional Centro-Oeste aconteceu em Brasília, com cerca de 200 participantes vindos de todos os Estados da região (MT, MS, DF e GO) e também do estado de Tocantins;
- ✓ Plenária Regional Norte aconteceu em Belém/PA e contou com a participação de 250 pessoas dos Estados da região Norte (AM, PA, AC, AP, RO e RR) e do Maranhão.
- ✓ Plenária Regional Nordeste aconteceu em Fortaleza/CE e contou com a participação de cerca de 400 pessoas (AL, BA, CE, PE, PB, PI, RN e SE).
- ✓ Plenária Regional Sudeste aconteceu em São Paulo/SP e contou com a participação de cerca de 250 pessoas (SP, RJ, MG e ES).
- ✓ Plenária Regional Sul aconteceu em Porto Alegre/RS e contou com a participação de 200 pessoas (RS, SC e PR).

O objetivo foi mobilizar movimentos sociais, conselheiros de saúde e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) dessas regiões para integrarem o processo de debate e organização da 15ª. Conferência Nacional de Saúde. (Fonte: notícia/intranet.saude-25março).

Em abril, foi realizada a 19ª Plenária Nacional de Movimentos Populares e Conselhos de Saúde, em Brasília, contando com a participação de 1.500 pessoas (conselheiros, lideranças de movimentos populares, gestores e trabalhadores do SUS). O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Saúde, é parte da agenda de mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que acontece em dezembro de 2015, com o tema "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro". (Fonte: Portal da Saúde/SGEP-abril).

A inserção de construção do Plano de Educação Permanente do Controle Social nos 26 Conselhos Estaduais de Saúde e Conselho Distrital de Saúde exige articulação da gestão para apoiar e dar suporte pedagógico-gerencial, e nesse sentido, já realizamos reunião com todos os conselhos para discutir o Plano Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS e apoiar os estaduais ainda nesse ano, no processo de mobilização para a 15ª Conferencia Nacional de Saúde.

As capacitações para o controle social e gestão participativa no SUS foram de 166 pessoas no módulo EAD População Negra e 50 pessoas capacitadas em Macapá no Primeiro Encontro Regional de Juventude LGBT de Amapá e Pará.

Os módulos em EaD das Políticas de Saúde de População Negra, de LGBT e Campo, Floresta e Águas estão em processo de abertura de turmas para capacitação. Cursos previstos e andamento de maio a novembro de 2015.

Os Planos Estaduais de Saúde são geralmente elaborados quadrienalmente, no caso 2012 – 2015, e já realizamos reuniões com os Comitês Nacionais de Politicas de Promoção de Equidade estimulando a inserção da temática nos Comitês Estaduais de Equidade das populações vulneráveis. Os comitês serão importantes instrumentos para discutir junto a gestão estadual e ao conselho estadual de saúde para inserção das ações das políticas da equidade nos planos de saúde nos estados.

Quanto ao COAP, no 1º quadrimestre de 2015 não foi celebrado nenhum Contrato Organizativo de Ação Pública. Contudo, os secretários estaduais de saúde têm manifestado interesse no processo de fortalecimento da regionalização, inclusive com formulação de estratégias para discutir ações de cooperação. Com relação aos 20 Termos Aditivos, aos 2 novos contratos do CE e aos 04 termos aditivos das regiões de saúde do Mato Grosso de Sul assinados pelas autoridades dos municípios e dos estados, encontram-se em processo de análise neste Ministério.

Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Esta diretriz contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde.	IDSUS aprimorado.	1	IDSUS aprimorado.	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
2. Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde.	Portal mantido.	1	Até março/2015 a proposta da versão II do Portal já foi entregue. Todavia, esta versão ainda não foi implementada em função da obtenção parcial dos dados das movimentações bancárias provenientes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
3. Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos fundos estaduais e municipais de saúde anualmente.	Fundos aperfeiçoados.	5.598	5.597 fundos de saúde aperfeiçoados.	2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.
4. Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado.	Ouvidoria com implantação apoiada.	125	36	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.
5. Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015.	Ação de controle interno e auditoria realizada.	1.000	Em2015, realizou-se 279 auditorias; 53 visitas técnicas; 2 fiscalizações e 21 verificação do TAS.	2015.8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde.
6. Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de Carta SUS/ano até	Ação de ouvidoria ativa realizada.	10.000.000	Em 2015 foram enviadas 4.114.064	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
2015.			cartas, divididas em 3.566.803 (AIH) e 547.261 (APAC) (início do envio em Dezembro/2012)	
7. Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.	Entrevista realizada.	100.000	A pesquisa foi iniciada em 10/5/2012, contabilizando 262.941 questionários aplicados até 29/04/2015. No primeiro quadrimestre de 2015 foram realizadas 2.803 pesquisas. Para a aplicação dos questionários foram realizados 1.124.107 contatos.	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.

Informações Adicionais

Com relação aos apoios à implantação/implementação das ouvidorias do SUS, no período de janeiro a abril de 2015, tem-se as seguintes informações:

No que tange ao processo de educação permanente, o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS capacitou 21 localidades em Ouvidoria com Sistema OuvidorSUS, com a liberação do nível I de acesso para 48 localidades e foram implantadas 36 Ouvidorias em hospitais e laboratórios.

Quanto à Ouvidoria Ativa da Rede Cegonha, no período de 25/03/2015 a 29/04/2015, foram aplicados 2.803 questionários, do novo instrumento da pesquisa Rede Cegonha. Durante o período de 04/07/2014 a 24/03/2015, a pesquisa não foi realizada, pois, em função do período eleitoral, foi feita uma consulta a CONJUR/MS sobre os serviços prestados pela Ouvidoria, e por precaução essa ação foi temporariamente suspensa. Somado a isso, a formulação do novo instrumento foi finalizada pela área técnica de Saúde da Mulher somente em março de 2015. Diante disso, realizamos 1.124.107 contatos telefônicos, dos quais foram respondidos 262.941 questionários desde 10/05/2012 até 29/04/2015.

No que se refere à Ação de Ouvidoria Ativa – Carta SUS – durante o 1º quadrimestre de 2015 foram enviadas 4.114.064, contabilizando um total de 41.643.942 cartas enviadas desde 2012. Quanto à pesquisa de satisfação contida na carta, foram recebidos 2.322.325 cartões resposta, sendo 2.024.653 pelos Correios e 297.672 pela internet e telefone. Além disso, o Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS registrou 8.346 manifestações oriundas dessa estratégia, entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, sendo que 5.863 (70,2%) são denúncias.

Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

A diretriz 14 reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos: fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde; fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais; fortalecimento da integração regional em saúde; fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde; e aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Abr)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	Iniciativa realizada	30	Em andamento.	2015.20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde
2. Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa.	Escritório mantido	1	Escritório mantido.[16]	2015.2B42 - Cooperação Téc. Nac. e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde

[16] A meta qualitativa de consolidar o escritório da Fiocruz para a África de Língua Portuguesa em Moçambique contribui para o objetivo de promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países.

Informações Adicionais

As seguintes ações da Assessoria Internacional foram realizadas no mês de abril: reuniões preparatórias da III Oficina de Simulação Andaluzia; XLIII Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 11"Saúde" do MERCOSUL (SGT-11), Subcomissão de Desenvolvimento e ExercícioProfissional; preparação de maço com subsídios ao Secretário para a IV Reunião TripartiteBrasil/Cuba/OPAS em Havana.

Outro importante resultado foi o reconhecimento internacional pela Bloomberg Philanthropies, sobre o trabalho do Brasil no controle do tabagismo, que entregou o "Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco" ao ministro da Saúde, Arthur Chioro, em 18 de março. A cerimônia de entrega ocorreu durante a 16ª Conferência Mundial Sobre Tabaco ou Saúde em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos.

A premiação é um reconhecimento ao papel desempenhado pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas para enfrentar o desafio da luta contra o fumo. Ao justificar a escolha do Brasil para o prêmio, a entidade internacional destacou a atuação do país no controle do tabagismo. "O trabalho que o Ministério da Saúde fez é modelo para outros países que também atuam nessa área", ressalta o documento da Fundação Bloomberg.

Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas comunidades.

As ações de Saneamento Rural desenvolvidas principalmente em comunidades rurais quilombolas e assentamentos da reforma agrária tiveram suas metas estabelecidas até 2013 voltadas para atender principalmente ao programa "Água Para Todos", mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Em fevereiro de 2015, uma tecnologia simplificada desenvolvida pela Fundação Nacional de Saúde foi instalada no Colégio da Polícia Militar de Manaus. Estudantes e funcionários foram beneficiados com a instalação de clorador simplificado, que faz a dosagem de cloro na água para que essa seja tratada. Além de professores e demais empregados, a unidade de ensino estima receber mais de 3,5 mil alunos a partir deste semestre.

Os cloradores são utilizados em pequenas comunidades, como aldeias indígenas e comunidades quilombolas, podendo cada unidade tratar 1.000 litros de água por dia. As vantagens do clorador são: baixo custo, fácil montagem e operação, durabilidade e o fato de não se constituir como um material permanente e de não ter riscos de superdosagem se seus operadores seguirem as recomendações dadas pela Fundação.

Visando fomentar as ações de cooperação técnica, em 23 de janeiro de 2015 foi publicada a Portaria nº 28/2015 delegando competência para as Superintendências Estaduais formalizarem parcerias, sem repasse de recursos, com instituições governamentais e/ou governamentais em apoio aos municípios na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Tal providência estimulará o desenvolvimento desta ação pelas Suest´s, inclusive já há reflexo positivo dessa medida visto que a Superintendência do Estado do Paraná está formalizando o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2015 com o CISPAR-Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, visando apoiar a gestão técnica e administrativa dos 45 (quarenta e cinco) municípios consorciados. Relativamente ao primeiro trimestre de 2015 não houve nenhum município beneficiado no desenvolvimento das ações/atividades de apoio à gestão técnica e administrativa dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico. Entretanto, no eixo 'capacitação' parte integrante do programa, foram atendidos 21 (vinte e um) municípios mediante realização da Oficina de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico, realizada em Natal/RN, no período de 09 a 13 de março de 2013.

Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

No campo da saúde, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) objetiva expandir e qualificar os serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza, nos seguintes eixos do Plano: inclusão produtiva, acesso a serviços e garantia de renda. Dentre os resultados apurados no período de janeiro a abril de 2015, merecem destaque:

Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família – em relação ao acesso ampliado por meio do acompanhamento das condicionalidades de saúde às ações básicas (pré-natal, imunizações e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento) para a 1ª vigência de 2015, o total de famílias a serem acompanhadas é de 11.476.711 e, até o presente momento (parcial de 01.05.2015), foram acompanhadas 2.610.366, o que representa 22,7% de famílias acompanhadas.

Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A – No mês de março/2015 foi realizada a distribuição de 92.750 cápsulas de 100.000 UI e 5.765.800 cápsulas de 200.000 UI para os estados da federação.

NutriSUS – Fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – Entre agosto/2014 e março/2015 foram realizadas oficinas de capacitação para implantação da Estratégia NutriSUS em todos os estados, exceto DF, com apoio dos Grupos de Trabalho Intersetorial (GTI-E).

Desnutrição Infantil - Está sendo realizado o monitoramento dos casos de desnutrição infantil nos municípios da ANDI (Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil), assim como os impactos da implementação da agenda em outros indicadores de saúde. A partir da publicação da Portaria nº 2267 de 16/10/2014 que autoriza a transferência de recursos de custeio aos municípios participantes da ANDI de acordo com avaliação das metas pactuadas, foi realizado o pagamento fundo a fundo em maio de 2015: 216 municípios de um total de 238 que realizaram a adesão à ANDI, estão aptos a receber o incentivo financeiro.

Programa Aqui Tem Farmácia Popular – o Programa ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando de 1.464 municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa em 2013 para 1.610 em abril de 2015.

Programa Educanvisa (educação e saúde no contexto escolar) - Foram incluídas, no primeiro trimestre de 2015, 40 novas escolas dos municípios de Montes Claros (MG), Várzea da Palma (MG), Lucas do Rio Verde (MT), Gramado (RS) e estado do Maranhão (MA). O município de Vinhedo (SP) tem realizado atividades do Educanvisa, porém sem incremento de escolas, o projeto atualmente acontece em todas as escolas da rede municipal.

Programa Aqui Tem Farmácia Popular – o Programa ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando de 1.464 municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa em 2013 para 1.610 em abril de 2015.

Programa Educanvisa (educação e saúde no contexto escolar) - Foram incluídas, no primeiro trimestre de 2015, 40 novas escolas dos municípios de Montes Claros (MG), Várzea da Palma (MG), Lucas do Rio Verde (MT), Gramado (RS) e estado do Maranhão (MA). O município de Vinhedo (SP) tem realizado atividades do Educanvisa, porém sem incremento de escolas, o projeto atualmente acontece em todas as escolas da rede municipal.

ANEXO I

Atividades de controle encerradas no 1º Quadrimestre de 2015 – Por tipo

Atividade	Qtde
Auditoria	279
Fiscalização	2
Verificação do TAS	21
Visita Técnica	53
Total Geral	**355**

Atividades de controle encerradas no 1º Quadrimestre de 2015 – Por objeto

Objeto	Qtde
Assistência farmaceutica	91
Atenção básica	66
Gestão	40
Investimentos	14
Média e Alta Complexidade	96
Vigilância em Saúde	5
Fora de bloco de financiamento	31
Cooperação Técnica - Apoio à implantação do componente do SNA	9
Cooperação Técnica - Apoio à implementação do componente do SNA	3
Total Geral	**355**

Classificação das constatações das ações de controle (Auditoria e Fiscalização) - 1º quadrimestre de 2015 –

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Farmacêutica	**68**	**129**	**197**
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	4	6	10
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	2	5	7
Assistência Farmacêutica Básica	58	113	171
Componentes Básico e Especializado	2	3	5
Componentes Básico e Estratégico		1	1
Componentes Basico, Estratégico e Especializado	2	1	3
Assistência Média e Alta Complexidade	**947**	**882**	**1829**
Assistência Ambulatorial	119	182	301
Assistência Hospitalar	183	256	439
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	137	162	299

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
SAMU 192	508	282	790
Atenção Básica	**257**	**323**	**580**
ESF - PACS/PSF	83	90	173
ESF Saúde Bucal	22	24	46
Processo de Trabalho	85	106	191
Resultado	9	10	19
Unidade hospitalar	1		1
Unidades Básicas de Saúde	56	93	149
Cadastramento de Serviços	**3**	**2**	**5**
Média e Alta Complexidade	3	2	5
Controle Social	**173**	**159**	**332**
Conferência de Saúde	5	3	8
Conselho de saúde	166	155	321
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	2	1	3
Controles Internos	**26**	**53**	**79**
Estrutura	6	10	16
Processo	20	41	61
Resultado		2	2
Engenharia/Arquitetura	**23**	**56**	**79**
Equipamentos	1	1	2
Obras e Serviços	22	55	77
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	**2**	**5**	**7**
Educação em Saúde	2	3	5
Gestão do Trabalho		2	2
Gestão Municipal	**4**	**6**	**10**
Assistência de Atenção Básica	1	4	5
Regulação	3	2	5
Humanização da atenção e gestão da saúde	**2**	**2**	**4**
Direitos e deveres dos usuários	2	2	4
Programa Farmácia Popular do Brasil	**136**	**804**	**940**
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	136	801	937
Unidades Próprias		3	3
Programas Estratégicos	**39**	**37**	**76**
Estrutura	14	12	26
Processo	22	23	45
Resultado	3	2	5
Recursos Financeiros	**496**	**552**	**1048**
Contrato	62	88	150
Convênios	16	20	36
Emenda Constitucional 29/2000	18	11	29
Execução Orçamentária	85	161	246
Fundo a Fundo	97	70	167
Fundo de Saúde	143	104	247
Licitação	75	98	173
Recursos Humanos	**7**	**18**	**25**
Gestão	4	13	17
Profissionais de Saúde	3	5	8

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Regionalização, Planejamento e Programação	**86**	**99**	**185**
Comissão Intergestores Bipartite	1		1
Estrutura Organizacional	10	4	14
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	4	2	6
Plano de Saúde	47	50	97
Relatório de Gestão	24	42	66
Termo de Compromisso de Gestão		1	1
Regulação	**29**	**33**	**62**
Centrais de Regulação	16	8	24
Controle e Avaliação	13	25	38
Saúde Bucal CEO (media e alta complexidade)		**1**	**1**
Estrutura		1	1
Saúde do Trabalhador	**75**	**42**	**117**
Ações	18	13	31
Estrutura Física	4	1	5
Estruturação	21	2	23
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	2	3	5
Produção de Informação	14	6	20
Recursos Humanos	7	16	23
Recursos Materiais	6	1	7
Regionalização	3		3
Sistema Nacional de Auditoria		**2**	**2**
Estrutura		2	2
Vigilância em Saúde	**32**	**67**	**99**
Vigilância Ambiental	2	3	5
Vigilância Epidemiológica	24	34	58
Vigilância Sanitária	6	30	36
Total Geral	**2.405**	**3.272**	**5.677**